

MESTRADO EM ENSINO DA GEOGRAFIA
DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
E ENSINO SECUNDÁRIO

Perspetiva de alunos e docentes sobre o Ensino Profissional Secundário

Francisco Mário Santana Coimbra

M

2019



Francisco Mário Santana Coimbra

**Perspetiva de alunos e docentes sobre o
Ensino Profissional Secundário**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino da Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro Machado Soares e coorientada pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco
Orientador de Estágio, Dr^a Maria Salomé Fernandes Ribeiro
Supervisor de Estágio, Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2019

Perspetiva de alunos e docentes sobre o Ensino Profissional Secundário

Francisco Mário Santana Coimbra

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino da Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro Machado Soares e coorientada pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco
Orientador de Estágio, Dr^a Maria Salomé Fernandes Ribeiro
Supervisor de Estágio, Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Membros do Júri

Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Cristiana Martinha Maia Oliveira da Fonseca Costa Abay
CEGOT – Universidade do Porto

Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: Relatório escrito avaliado em 18 valores e prova pública avaliada em 19 valores.

Aos meus pais e irmã

Sumário

Declaração de honra.....	6
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de ilustrações.....	10
Índice de tabelas (ou de quadros).....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução	13
Capítulo I – Enquadramento conceptual	16
1.1. O Ensino Profissional em Portugal: breve perspetiva histórica	16
1.2. A renovação do Ensino Profissional: legislação e oferta atual.....	20
1.3. Estatísticas do Ensino Profissional.....	23
Capítulo II - Caraterização do estudo de caso.....	29
2.1. A Escola, os alunos e os docentes	29
2.2. Os Cursos de Formação Profissional na Escola Secundário António Nobre	30
2.3. Materiais e métodos	32
Capítulo III - Apresentação e análise de resultados	36
3.1. Alunos do Ensino Profissional	36
3.2 Alunos do Ensino Regular.....	48
3.3. Perspetivas dos docentes	51
Conclusão.....	58
Referências bibliográficas	65
Anexos.....	69
Anexo 1 – Decreto de 30 de dezembro de 1852.....	70
Anexo 2 – Decreto 5029 de 5 de dezembro de 1918.....	71
Anexo 3 – Questionário aplicado aos alunos do EP.....	72
Anexo 4 – Questionário aplicado aos alunos do ER	76
Anexo 5 – Questionário aplicado aos docentes.....	79

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2019

Francisco Mário Santana Coimbra

Agradecimentos

Este relatório de estágio é o culminar de um longo e primeiro ano letivo como docente. Não há palavras que possam exprimir todo o caminho percorrido até então. Deixo apenas algo que me deu muito gosto a fazer, juntamente com os agradecimentos a quem me acompanhou no âmbito escolar e universitário.

Em primeiro lugar um agradecimento especial à Professora Doutora Laura Soares a quem agradeço toda a preocupação, apoio e todos os ensinamentos que me tem vindo a dar desde o primeiro dia, quer académicos quer para a minha vida futura, a quem devo muito a realização deste relatório de estágio.

Não menos importante um obrigado à Professora Doutora Elsa Pacheco, motivadora e possivelmente a pessoa que me encorajou em todas as importantes decisões da minha vida académica.

Um enorme agradecimento à Dra. Salomé Ribeiro que me orientou no meu primeiro ano como docente e que me ensinou tudo o que sei quanto ao quotidiano de um docente. Levarei para o futuro um exemplo do que considero ser uma ótima profissional e uma excelente pessoa.

Um grande agradecimento ao meu tio Joaquim por toda a disponibilidade e por querer sempre o melhor para mim desde sempre.

Aos meus pais e à minha irmã por me terem proporcionado os melhores anos da minha vida e a quem dedico, por inteiro, este relatório de estágio.

Agradeço também, em particular, ao Rafael e ao Hugo por todos os conselhos, amizade e companheirismo, horas de estudo e investigação que partilharam comigo nos últimos meses, bem como às minhas colegas de estágio, Mariana e Selma, por sempre terem sido um apoio no primeiro ano de exercício como docente.

A todos os familiares, amigos e colegas que partilharam comigo estes anos de vida académica que culminam com a realização deste relatório de estágio.

À minha avó... Por todos os dias!

Resumo

O Ensino Profissional (EP) em Portugal é, ainda hoje, alvo de estigma por parte da sociedade em geral, sendo sobretudo frequentado por alunos socioeconómica e culturalmente mais desfavorecidos, que pretendem entrar no mercado de trabalho após conclusão do ensino obrigatório. Embora possam ser focados alguns aspetos que indiciam algumas mudanças nesta perspetiva, designadamente o aumento do número de cursos e alunos, muito há ainda a fazer ao nível da credibilização deste tipo de ensino.

Apercebemo-nos da realidade desta temática no decurso da nossa Iniciação à Prática Profissional (IPP), realizada na Escola Secundária António Nobre (ESAN), uma vez que aqui são lecionados os cursos de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e Técnico de Apoio à Infância. Neste sentido, definimos como objetivo geral do nosso relatório de IPP perceber de que forma os estudantes e docentes perspetivam o EP de nível secundário de educação. A metodologia seguida centrou-se na elaboração de inquéritos por questionário a alunos dos ensinos profissional e regular, assim como a docentes dos dois tipos de ensino (ou de ambos). Para uma investigação mais coerente e concreta, decidimos igualmente inquirir docentes da Escola Secundária de Paços de Ferreira, onde existe um leque mais vasto de cursos e se enquadra numa pequena cidade de características socioeconómicas distintas da cidade do Porto, onde o tecido industrial assume grande importância.

Os resultados obtidos demonstram, talvez como aspeto mais importante, que 47,3% dos alunos inquiridos que frequentam o EP pretendem ingressar no Ensino Superior, como trabalhador-estudante (29,7%) ou mesmo a tempo inteiro (17,6%). Ou seja, estes estudantes optam por um curso que lhes confere uma certificação escolar e uma qualificação profissional, permitindo-lhes 'ampliar os horizontes' relativamente ao seu projeto de vida: se por um lado concluem a escolaridade obrigatória, por outro contemplam a possibilidade de prosseguir os estudos a um nível superior, ao mesmo tempo que, podendo entrar no mercado de trabalho, ganham experiência e autonomia.

Palavras-chave: Educação, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Ensino Regular.

Abstract

In Portugal Vocational Secondary Courses still act as a social stigma until now. It is mainly attended by socially, economically and culturally disadvantaged youth aiming to enter the labor market, after completion of mandatory education. Although some aspects indicate some positive changes, namely the growth of courses and students, there is still a lot to do in order to transform prestige and credibility of this education and training offer. This problem became clear to us during our Induction to Professional Practice (IPP) internship, which took place in António Nobre Secondary School/3, since it offers the vocational courses of Technician of Support to Sports Initiation and of Technician to Childhood Support According to this problem, we have defined as general aim of our IPP's report to understand how students and teachers represent the secondary level of education and its vocational courses. The procedure included the construction of questionnaires to be applied to students of vocational education and regular education courses, as well as to teachers of each or both simultaneously types of education. With the aim of a more coherent and concrete research, a decision was taken to include a group of teachers from another school, Paços de Ferreira Secondary School/3, where a more diversified range of courses can be found, in a small city with socio-economic features different from Porto and where the industrial network plays a very important role. Results stress, perhaps as one of the main issues, that 47.3% of the students in vocational courses have the intention to apply to higher-level education, as student-workers (29.7%) or as full-time students (17.6%). In other words: these students have chosen a type of education & training that provides a school certification and a vocational qualification, allowing them "broadening horizons" in what concerns their life project: at the same time that they conclude mandatory education, they create the opportunity of continuing their formal education at higher-level, qualify to apply to labor market in addition to gain experience and develop their own autonomy.

Key words: Education, Secondary Education, Vocational Education and Training, Mainstream Regular Education.

Índice de ilustrações

<i>Figura 1 - Evolução da taxa de analfabetismo em Portugal</i>	17
<i>Figura 2- Os melhores e os piores cinco desempenhos nos Cursos Profissionais</i>	26
<i>Figura 3- Distribuição de idade/total de alunos/ 5 áreas mais procuradas</i>	27
<i>Figura 4- Enquadramento geográfico do Agrupamento de Escolas António Nobre</i>	32
<i>Figura 5 – Anos de escolaridade (A) e idades (B) dos alunos do ensino profissional</i>	36
<i>Figura 6 – Distribuição das idades por ano de escolaridade</i>	37
<i>Figura 7 - Exercício do papel de encarregado de educação</i>	37
<i>Figura 8 - Escolaridade dos encarregados de educação dos alunos do EP</i>	38
<i>Figura 9 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado</i>	38
<i>Figura 10 - Motivos que, na opinião dos alunos, justificam as suas retenções</i>	39
<i>Figura 11- Conhecimento da existência dos cursos de ensino profissional</i>	41
<i>Figura 12 – Justificações de opção pelo Ensino Profissional</i>	42
<i>Figura 13 – Justificações para a frequência de um curso do EP que não foi a primeira escolha</i>	43
<i>Figura 14 - Conhecimento das profissões a que dá acesso o curso de EP frequentado</i> ...	43
<i>Figura 15 - Expectativas à entrada no Curso Profissional</i>	44
<i>Figura 16 – Grau de satisfação relativamente ao curso frequentado</i>	44
<i>Figura 17 - Avaliação do curso frequentado face a alguns aspetos previamente definidos</i>	45
<i>Figura 18 - O que deveria ser melhorado no curso na perspetiva dos discentes</i>	46
<i>Figura 19 – Profissão que gostaria de exercer</i>	47
<i>Figura 20 - Encarregados de educação</i>	48
<i>Figura 21 - Decisão que pretende tomar no final da escolaridade obrigatória</i>	49
<i>Figura 22 – Motivos que justificam a decisão de frequentar o Ensino Regular</i>	50
<i>Figura 23 - Grau de concordância e discordância dos docentes da ESAN e ESPF relativamente às afirmações expressas na pergunta 6 do questionário</i>	53

Índice de tabelas (ou de quadros)

<i>Tabela 1 – Caraterização das turmas em estudo.....</i>	<i>29</i>
<i>Tabela 2 - Portaria n.º 176/2011 de 28 de abril – Anexo 1.....</i>	<i>30</i>
<i>Tabela 3 - Portaria, nº 1283/2006 de 21 de novembro.....</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 4 – Número e percentagem de alunos que frequentou determinada escola no 9º ano de escolaridade.....</i>	<i>34/35</i>
<i>Tabela 5 – Dados gerais dos docentes da ESAN e ESPF.....</i>	<i>51</i>

Lista de abreviaturas e siglas

Ensino Profissional (EP)

Iniciação à Prática Profissional (IPP)

Prática de Ensino Supervisionada (PES)

Escola Secundária António Nobre (ESAN)

Ensino Regular (ER)

Escola Secundária de Paços de Ferreira (ESPF)

Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC)

Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)

Quadro Europeu de Qualificações (QEQ)

Prova de Aptidão Profissional (PAP)

Formação em Contexto de Trabalho (FCT)

Cursos de Educação e Formação (CEF)

Cursos Vocacionais ou Percursos Curriculares Alternativos (PCA)

Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO)

Introdução

Quanto mais a escola secundária pretender neutralizar ou ignorar a singularidade, a criatividade e a irrupção da diferença, reduzindo as salas de aula a oficinas de produção de títulos escolares hierarquizados e os alunos a peças do dispositivo e engrenagens da turbina (...), menos ela servirá as sociedades contemporâneas.

Joaquim Azevedo, 2007

O Ensino Profissional (EP) em Portugal é, ainda hoje, encarado por várias pessoas como um ensino de ‘segunda oportunidade’, no sentido de permitir aos alunos concluir o ensino obrigatório e entrar no mundo do trabalho de forma mais simples e rápida. Continua, assim, a ser alvo de estigma por parte da sociedade em geral, orientando-se para grupos socioeconómica e culturalmente mais desfavorecidos, em contraposto com o ensino regular vocacionado para estudantes que pretendem ingressar no Ensino Superior (Abrantes, 2014). Mas, como refere Azevedo (2009, p.28), se

(...) a procura destas escolas começou por despertar a atenção de jovens que tinham reprovado nos cursos de ensino secundário das escolas secundárias e até de jovens que já tinham abandonado o sistema, fruto da reprovação sucessiva e da desmotivação, rapidamente as escolas profissionais começaram a ser procuradas como primeira opção por jovens que transitavam do nível básico para o nível secundário de ensino e formação.

No entanto, com avanços e recuos, a verdade é que a estigmatização do EP - que durante o Estado Novo sofreu um forte incremento embora fosse sobretudo frequentado pelas classes de menor poder económico - manteve-se “(...) praticamente até os dias de hoje e ainda se reflete nas escolas” (Martins e Martins, 2016, p. 9). No entanto, a sociedade atual não pode virar as costas a um modelo de ensino que prepara e permite aos jovens aceder mais cedo ao mercado de trabalho com uma formação adequada, não lhes vedando o acesso posterior ao Ensino Superior ou a outros tipos de formação ao longo da vida, até “(...) sob a pena de existirem cada vez mais pessoas

altamente certificadas que não conseguem trabalhar (produzir) (Martins e Martins, 2015, p.59). Efetivamente, é cada vez mais frequente vermos jovens licenciados, com mestrado, doutoramento e até pós-doutoramentos - que muitas vezes subsistem durante anos com bolsas de investigação (Ferreira, 2004) - dificilmente encontrando um trabalho estável e remunerado de acordo com as suas capacidades e competências. Como refere Alves (2005, p.180/181) assumem-se “(...) estratégias de acumulação de credenciais académicas como forma de contornar as dificuldades atuais dos processos de inserção profissional dos jovens licenciados”. E estes jovens acabam por procurar, fora do país que ‘pagou’ a sua formação, a qualidade de vida que não consegue ser proporcionada por um país que não possui um mercado de trabalho adequado e suficiente às suas elevadas certificações académicas.

Ou seja, atualmente possuir um diploma de qualquer ciclo do Ensino Superior não é garantia de entrada direta no mercado de trabalho, nem uma “(...) solução que garanta um emprego com boas condições e que corresponda ao seu nível educacional” (Lopes, 2013, p.23).

Foi precisamente este enquadramento que nos incentivou a analisar no presente Relatório de Iniciação à Prática Profissional (IPP) - efetuado no âmbito do Mestrado em Ensino da Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário – a questão do EP de nível 4 de qualificação, definindo como objetivo geral perceber de que forma os estudantes e docentes perspetivam o EP de nível secundário de educação, como primeira opção ou alternativa à conclusão da escolaridade obrigatória. Para além do interesse pelo tema em causa, o facto da nossa Prática de Ensino Supervisionada (PES) ter decorrido na Escola Secundária António Nobre (ESAN) influenciou a nossa escolha, já que incorpora cursos de Ensino Regular e Cursos Profissionais.

No desenvolvimento do nosso estudo consideramos necessário definir várias etapas de pesquisa, estabelecendo-se três objetivos específicos:

1. Caracterizar a evolução do EP em Portugal;
2. Contextualizar o EP na Escola Secundária António Nobre;
3. Sondar a opinião de alunos do EP, ER e docentes sobre o EP.

A metodologia seguida, para além da pesquisa de informação necessária à concretização dos objetivos 1 a 3 (bibliografia específica, legislação, estatísticas), centrou-se na elaboração de inquéritos por questionário à nossa população-alvo, designadamente os alunos do Ensino Regular e Profissional e docentes dos dois tipos de ensino (ou de ambos).

Neste contexto, estruturamos o nosso relatório em três capítulos. O primeiro é dedicado ao enquadramento conceptual, apresentando-se uma breve perspetiva histórica sobre o EP em Portugal, o seu quadro legislativo e alguma informação estatística, principalmente orientada para a sua evolução em termos de oferta e frequência. O segundo capítulo, corresponde à apresentação do nosso estudo de caso, incorpora a oferta educativa da ESAN e os seus recursos materiais e humanos, os materiais e métodos utilizados e a caracterização da amostra à qual foram aplicados os questionários. O último capítulo, corresponde à apresentação e análise dos resultados obtidos.

Capítulo I – Enquadramento conceptual

1. 1. O Ensino Profissional em Portugal: breve perspetiva histórica

Apesar do EP não ser encarado da melhor forma hoje em dia, nem sempre foi assim. Durante várias décadas o EP assegurou a formação de pessoal técnico-profissional que alimentava os quadros médios empresariais, de acordo com um contexto evolutivo que teve início em meados do século XVIII. Mas a sequência de acontecimentos que acompanhou o desenvolvimento do EP não foi linear nem pacífica, passando por várias fases.

Em 1759, Marquês de Pombal procedeu à organização do EP – no âmbito de uma reforma dos vários níveis de ensino em Portugal - que foi reforçado, cerca de um século depois, na segunda metade do século XIX, por Fontes Pereira de Melo, com a criação do Ensino Industrial elementar, secundário e complementar em 1852 (Anexo 1). Centrado inicialmente em Lisboa e Porto, este tipo de ensino foi-se estendendo a outras áreas do país, sob a égide de Crisóstomo de Abreu e Sousa e António Augusto de Aguiar, criando-se uma rede de escolas que alimentavam em mão-de-obra a Revolução Industrial. Ainda no século XIX é criado também o Ensino Comercial (1866)¹ que, em conjunto com o Industrial, seria dividido em elementar, preparatório, superior ou especial, devendo-se ainda a Emídio Navarro transformações importantes, com a publicação do *Regulamento das Escolas Industriais e das Escolas de Desenho Industrial* (Martinho, 2006; E. Martins e S. Martins, 2015).

Apesar do ensino técnico ter renascido no século XX já há muito que o ensino vocacional tinha chegado a Portugal, muito pela força de Fontes Pereira de Melo, criador de diversas escolas industriais, através de um decreto aprovado a 30 de dezembro de 1852. Estas escolas tinham como finalidade estreitar relações entre o setor industrial e o ensino, preparando os alunos para a vida ativa, nomeadamente para o trabalho nas fábricas, no

¹. Apesar do Marquês de Pombal ter criado a *Aula do Comércio* em 1759, só em 1844 se constitui a Secção Comercial do Liceu de Lisboa (extinta em 1869). Em finais da década de 1860, em Lisboa, e 1880 no Porto, o ensino comercial passa a integrar o Instituto Industrial e Comercial das duas cidades (Rodrigues e Matos, 2017).

contexto do pós-Revolução Industrial.

Em 1869 aliam-se às escolas técnicas industriais as escolas comerciais e agrícolas. A partir de 1880, nasceu em Portugal uma rede escolar de ensino técnico, que chegou a ultrapassar os 3.000 alunos. Nesta década, criaram-se, ainda, as Escolas Práticas em diferentes regiões do país. Nesse momento, contavam-se doze Escolas Industriais e dezasseis Escolas de Desenho Industrial (Carvalho, 2008).

No entanto, apesar do esforço desenvolvido no contexto do ensino técnico-profissional, este acabava por envolver uma pequena elite cultural e financeira e poucos eram os “afortunados” que ingressavam numa escola profissional. Na verdade, a taxa de analfabetismo em Portugal era muito elevada (Figura 1) e o acesso ao EP exigia “ter completado 12 anos, saber ler e escrever, e de não ter moléstia contagiosa” (Art. 22.º do decreto de 30 de dezembro de 1852).

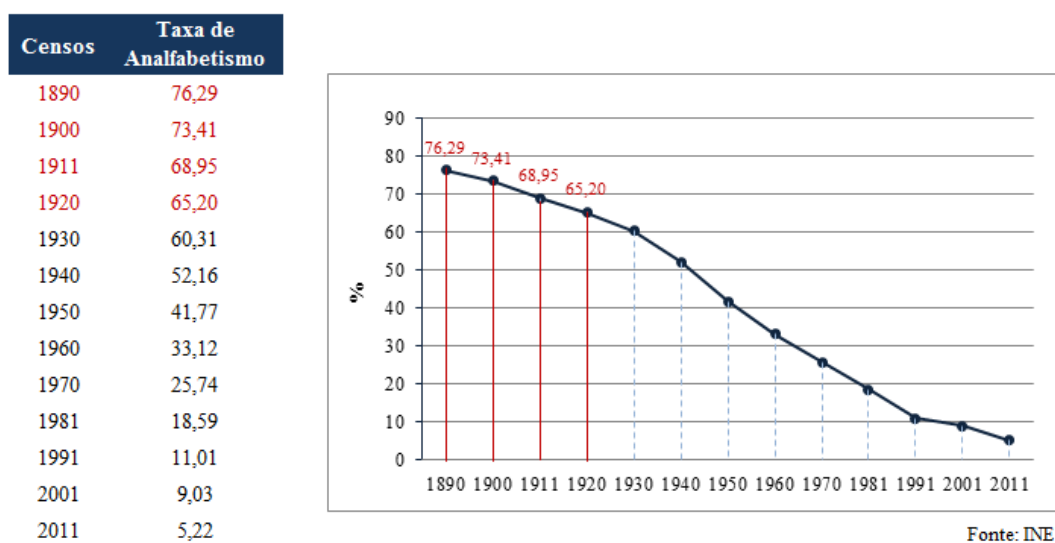


Figura 1 – Evolução da taxa de analfabetismo em Portugal.

Então, a 1ª República tentou dinamizar o EP através de novas práticas teóricas e didáticas, tentando fortalecer e dar mais importância ao ensino vocacional. Por outro lado, os republicanos também pretendiam romper com os ideais monárquicos no ensino.

As alterações que foram sendo promovidas durante a 1ª República, período em que foram tecidas fortes críticas ao EP e se tentou reformar o ensino técnico secundário e superior, também não tiveram o impacto esperado (Cardim, 1999). Como referem E.

Martins e S. Martins (op. cit., p.46), em 1918

(...) criticou-se essa via de ensino por nunca se ter implementado nas camadas populares, nem na indústria e comércio, nem ter correspondido às necessidades sociais da época, ou seja, não ter desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento do país nem uma missão educativa e civilizadora de preparar cidadãos profissionais para a sociedade.

O decreto 5029 de 5 de dezembro de 1918, que reformula e regulamenta o Ensino Industrial e Comercial e incorpora um extenso relatório onde se enaltece a importância da educação² e a necessidade de “(...) organizar o ensino técnico em moldes que o tornem essencialmente prático e útil” - para além de traçar as linhas gerais da evolução do EP desde o Marquês de Pombal – tentou alterar a perspectiva crítica anterior. Aliás, neste relatório considera-se que a extensa legislação sobre o ensino industrial e comercial é desconexa, não se descortinando “(...) facilmente o desenvolver progressivo duma ideia ou dum plano assente sobre definidos princípios sociais e pedagógicos”. Considera-se assim necessária uma reformulação profunda do EP, permitindo até, no contexto das artes e indústrias regionais, a “[a]dmissão de alunos de todas as idades, mesmo analfabetos” (p.2087). No Anexo 2, apresenta-se um extrato deste decreto, com alguns dados relativos aos cursos definidos.

Com a instauração do Estado Novo é importante referir que a implementação do chamado Ensino Técnico surge na sequência dos históricos cortes orçamentais promovidos por António de Oliveira Salazar, principalmente no setor do ensino, sendo encarados como uma política de restrição à mobilidade social e o objetivo subjacente de formar cidadãos submissos e obedientes (Alho, 2005; Serrão, 2018). Este desinvestimento afetou de forma clara as condições das escolas e dos professores, até que, em 1941, é formada uma equipa de especialistas com vista à realização de uma

². “Na escola está a força, o direito e o futuro de um povo. Se ponderarmos refletidamente a missão do ensino na marcha ascensional dum povo, um facto nos detém porque a todos sobreleva: o fim utilitário do ensino, a sua aplicação prática. Os problemas de maior transcendência, ainda mesmo os mais abstratos, as descobertas de novas fórmulas ou de leis até então ignotas, tudo converge para o mesmo centro: um aperfeiçoamento na técnica, uma invenção de processos cada vez mais úteis e mais proveitosos para a sociedade. Há uma união perfeita, um laço inquebrável prendendo o sábio ao operário, o laboratório de pesquisas científicas à oficina, e as fórmulas transcendentais ao trabalho manual ou mecânico. A feição utilitária da ciência revela-se pelos benefícios sociais que determina, e só os patenteia unindo-se estreitamente com a técnica” (decreto 5029 de 5 de dezembro de 1918, p.2067).

reforma que abrangesse e desenvolvesse todo o Ensino Técnico no nosso país.

Em 1947, pelo Decreto-Lei 2025 são estabelecidas novas bases para o novo Ensino técnico comercial e industrial que servira principalmente de transição do ensino primário para os cursos de especialização técnica através do ciclo preparatório. O ciclo preparatório apresentava um carácter predominantemente propedêutico para o ingresso no ensino técnico, de forma indiferenciada, uma vez que não fazia distinção entre rapazes e raparigas, o que já não acontecia quando ingressavam no ensino técnico, pois aqui dedicavam-se a atividades ditadas pela tradicional divisão do trabalho entre os sexos (Grácio, 1982; Alpiarça, 1984). O ensino técnico industrial e comercial passou desta forma a estar abrangido por dois graus de ensino. O primeiro, constituído pelo ciclo preparatório, enquanto o segundo compreendia:

- Cursos industriais e comerciais;

- Complementares de aprendizagem (ministrados nas escolas ou em empresas);

- Cursos industriais e comerciais de formação profissional;

- Cursos industriais de mestrança (destinados aos trabalhadores interessados em atingir cargos de chefia);

- Cursos especiais de habilitação para o ingresso nos institutos industriais e comerciais e nos cursos de pintura e escultura de belas-artes.

Em 1964, a escolaridade obrigatória passou de quatro para seis anos, mas sem que fossem asseguradas as condições para a expansão da rede escolar, implicando por isso que a escolaridade não fosse extensiva a toda a população em idade escolar. Três anos depois é criado o ciclo preparatório do ensino secundário (decreto-lei 47480), “sendo constituído por dois anos (5^a e 6^a classes) comuns ao ensino liceal e técnico. Os exames de admissão aos dois segmentos de ensino são extintos (liceal e técnico), que passam a ter uma estrutura idêntica, mas como duas vias diferenciadas” (Pinto, 2011, p.155).

Com isto, era imperativo pensar no ensino rompendo com todas as bases do passado iniciando-se assim uma rotura, quer através de novas pedagogias quer numa verdadeira aposta no ensino e na formação dos docentes, à data. “A reforma chega a ser apresentada como “marcando o início de uma época na história do ensino secundário português. No seu ímpeto reformador, os autores sustentam a inevitabilidade de “uma autêntica

revolução pedagógica” (Alho, 2005, p.15). Uma das principais mudanças nesta reforma foi a instituição do Ciclo Preparatório, ensino elementar que servia de preparação para o ensino técnico. Por outro lado, com a cisão em relação à Reforma do Ensino técnico em 1930/1931, fora instaurado alguns cursos no que ao ensino industrial e comercial diz respeito que incluía o Ciclo Preparatório mais três anos de especialização, entre outros cursos. Outra vantagem desta nova reforma em relação à do estado novo foi o aumento do número de cursos perfazendo um total de 80, em detrimento dos 60 cursos em 1931, dando assim resposta às especificidades, quer da população estudantil quer às próprias regiões visto que cada área do território português tem as suas tradicionais profissões associadas ao clima, ao relevo, etc. Já no final do século XX e à data da Lei de Bases da Educação fora implantado um modelo de Ensino Profissional muito semelhante ao que se instituiu em diversos países europeus como a Áustria, a Alemanha, o Luxemburgo ou a Suíça.

Assim, quer por falta de meios económicos ou financeiros ou pela má adequação da oferta de cursos no que diz respeito à realidade do mercado e do setor industrial, as diferentes reformas e alterações ao EP nunca chegaram a dar verdadeiros frutos.

1.2. A renovação do Ensino Profissional: legislação e oferta atual

Desde que vigora o Decreto-lei nº 74/2004 de 26 de março que os Cursos Secundários Profissionais se completam no currículo das escolas secundárias em Portugal em perfeita comunhão com os cursos Científico-Humanísticos como uma alternativa válida à obtenção dos 12 anos de escolaridade (ensino mínimo obrigatório). Este decreto tem contribuído muito para a preparação dos discentes para a vida futura, para o mercado de trabalho e para a prática de uma determinada profissão, sendo assim uma forma de baixar os índices de abandono escolar. À data foi uma forma rápida de contribuir para uma mão-de-obra que pudesse representar os verdadeiros interesses e necessidades das empresas portuguesas, para um decréscimo da taxa de desemprego juvenil, aumentando assim o crescimento económico nacional.

Num passado mais recente, a oferta destes Cursos Profissionais tem aumentado bem

como a sua procura. O número de alunos matriculados em Cursos Profissionais em Portugal aumentou de 11,6% para 32,4% num período de dez anos (2004-2014), segundo os dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC), o que simboliza a força que estes cursos têm tido nos últimos anos e que se espera que tenham nos anos vindouros caso as escolas e os decisores políticos acompanhem a procura ao desenvolvimento destes cursos através de recursos humanos e materiais que façam com que sejam mais proveitosos e mais úteis no que diz respeito ao interesse do país e dos alunos para uma perspetiva futura de trabalho. Por outro lado, e caso isto não aconteça, o Ensino Secundário Profissional apenas continuará a ser visto numa perspetiva depreciadora e como um maior foco das desigualdades sociais presentes atualmente nas escolas e não como uma forma de coesão social de todos os alunos e docentes em todas as escolas e agrupamentos escolares. Da mesma forma que se deve tomar medidas no que diz respeito à continuidade de estudos dos alunos “profissionais” no sentido de criar mecanismos que façam com que estes possam e se integrem numa perspetiva de prosseguimento para o Ensino Superior, quer universitário quer politécnico, mais focado para a prática e para os dotes destes alunos, numa perspetiva mais teórica no sentido de poderem, à partida, terem uma vida futura mais estabilizada financeiramente.

É importante pensar o Ensino profissional como uma forma de aprendizagem em constante alteração e adaptação, isto é, privilegiando a qualidade do desenvolvimento humano como critério definidor das finalidades da educação-formação. Vários autores identificam aspetos a melhorar, acentuando a incapacidade de esta oferta de formação responder às necessidades de jovens em desvantagem social ou, quando se verifica algum sucesso, da possibilidade de estarem a cumprir uma função social ‘conservadora’, atuando no sentido da manutenção ou mesmo da amplificação das desigualdades sociais e económicas, não promovendo dinâmicas favoráveis à criação de oportunidades de mobilidade social ascendente (Campos, 1976; Coimbra, Parada e Imaginário, 2001; Prillentsky, 1994).

O Ensino Profissional de nível IV está, na sua teoria, direcionado para o ensino-aprendizagem vocacionado, dirigido para o exercício das atividades laborais futuras dos alunos. Historicamente, isto advém do Ensino Técnico, localizado nas antigas Escolas

Técnicas Portuguesas, sejam estas comerciais ou industriais, extintas aquando da Revolução dos Cravos, em 1974, com a unificação do ensino em Portugal.

Numa perspetiva mais recente, datada de 2018, surgiu a Portaria n.º 235-A/2018 de 23 de agosto que se refere, principalmente, às novas formas de certificação dos Cursos de Ensino Profissional de nível IV, tanto em Portugal através do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) como a nível europeu no Quadro Europeu de Qualificações (QEQ). Esta portaria também se atualiza de modo a conferir a legislação de acordo com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Segundo este documento, “A presente portaria aplica -se aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas da rede pública, às escolas profissionais públicas e privadas, bem como aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo” (Art.2º) Assim, “Os Cursos Profissionais visam proporcionar aos alunos uma formação profissional inicial e aprendizagens diversificadas, de acordo com os seus interesses, com vista ao prosseguimento de estudos e ou à inserção no mercado do trabalho, procurando, através dos conhecimentos, capacidades e atitudes trabalhados nas diferentes componentes de formação, alcançar as áreas de competências constantes do Perfil dos Alunos à Saída Escolaridade Obrigatória” (Art.5º).

Não menos importante, no mesmo ano, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho que, entre outros elementos principais, consagrou a dupla certificação do Ensino Secundário Profissional, ou seja, por um lado o discente completa os 12 anos de escolaridade obrigatória sendo habilitado pela República Portuguesa representado pelo Ministério da Educação como, de igual forma, é certificado com o nível IV pela União Europeia (alínea 7). Ainda, pelo artigo 30º do documento acima referido, atualiza-se a componente de aprovação e conclusão. Assim, para concluir o Ensino Secundário Profissional é necessário ter sido aprovado na Prova de Aptidão Profissional (PAP) e na Formação em Contexto de Trabalho (FCT)/ Estágio.

1.3. Estatísticas do Ensino Profissional

Sabendo que, apesar do EP estar muito bem posicionado em termos europeus no que diz respeito à qualidade do seu ensino, é notório que em termos de número de alunos Portugal está um pouco aquém das médias europeias e da OCDE. No mesmo sentido entre os alunos portugueses, apenas 32% dos jovens entre os 15 e os 18 anos de idade frequentam Cursos Profissionais, por outro lado, nos ditos países mais desenvolvidos do Norte da Europa as médias rondam os 70%, o que faz com que uns contribuam para aumentar a média europeia enquanto outros tendem a baixá-la consideravelmente.

(30 anos de ensino profissional, p. 24)

Estatisticamente, segundo dados da DGEEC, existe uma tendência, atualmente, para a conclusão dos três anos de Ensino Secundário Profissional de 53 % dos discentes em tempo normal (ou seja, conclusão em três anos), dados relativos à entrada dos alunos no ano letivo de 2012/1013 com a sua conclusão no ano letivo de 2014/2015. No que diz respeito aos alunos que entraram nos dois anos letivos seguintes a percentagem de conclusão em tempo regular é de 56% e 60%, respetivamente. No entanto, as taxas de abandono escolar não melhoraram de uma forma efetiva.

No que diz respeito à modalidade com que o 9º ano é completado antes de ingressar no Ensino Profissional Secundário, o Ensino Básico Geral apresenta-se numa maior percentagem, no entanto, muitos outros alunos ingressam no ensino secundário por outros ramos como por exemplo, os Cursos de Educação e Formação (CEF), Cursos Vocacionais ou Percursos Curriculares Alternativos (PCA).

Em relação à idade dos estudantes aquando da entrada no ensino secundário, é importante denotar que os alunos que completam o 9º ano de escolaridade através do Ensino Básico Geral tendem a ser mais novos comparativamente aos outros registos de ensino, o que à partida percebemos que são os alunos com menos retenções durante o seu percurso académico.

No que diz respeito às maiores taxas de empregabilidade ou de prosseguimento de

estudos podemos destacar os Cursos Profissionais de Produção Agrícola Animal (95,1%), Artes do Espetáculo (89,6%) e Metalurgia e Metalomecânica (89,1%) como os melhores a nível nacional, num período de tempo de aproximadamente um ano após completarem o 12º ano. Com isto, não se pretende afirmar que estas percentagens correspondam a trabalhadores nestas áreas, mas sim à percentagem de ex-alunos que neste momento exercem alguma atividade, seja na área, seja noutra ramo, ou ainda continuarem os seus estudos.

Se compararmos a taxa de alunos que não estudam nem trabalham perfazendo o 12º ano num Curso Científico-Humanístico vemos que a taxa é nitidamente mais baixa que se tivesse completado no Ensino Profissional, apenas de 3,2%, através de inquéritos realizados no passado ano de 2017 com alunos que acabaram o ensino obrigatório há cerca de um ano pela DGEEC. “O inquérito, feito entre outubro de 2017 e maio de 2018, mostra onde estão os jovens 14 meses depois daquela que era a data prevista para a conclusão do secundário. Globalmente, 63,2% estão a estudar, 22% a trabalhar, 6,8% a estudar e a trabalhar ao mesmo tempo e 6,4% não fazem nada (um número residual encontrava-se noutras situações não especificadas). Contudo, estas taxas variam muito, como já se viu, conforme se fala de alunos que vieram de cursos científico-humanísticos (vocacionados para o prosseguimento de estudos) ou de alunos de cursos profissionais.”³

Entre os primeiros, a percentagem dos que continuavam a estudar — ou conjugavam estudos com trabalho — era de 91,8% (a maioria em cursos superiores universitários). Entre os ex-alunos do Ensino Profissional era de 32,6%. Exclusivamente a trabalhar estavam 5% dos ex-alunos dos Cursos Científico-Humanísticos e 51,4% dos do Ensino Profissional — mais 2,2 pontos percentuais do que o registado num inquérito anterior, em 2016.

Fazendo referência a uma estatística mais remota, a uma entrevista ao Jornal Público, o Presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), José Presa, afirma que uma das grandes modificações implementadas pela então Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, foi a implementação dos Cursos Profissionais nas

³. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/10/21/sociedade/noticia/maioria-emprego-imediate-16-jovens-ensino-profissional-nao-estudam-trabalham-1848324>. Acesso a 15-12-2018.

escolas públicas secundárias, o que fez com que o número de alunos inscritos nestes cursos aumentasse de uma forma exponencial. No mesmo sentido, a DGEEC, concluiu que os melhores resultados no que diz respeito aos Cursos Profissionais encontram-se nas escolas privadas e não nas escolas secundárias públicas, apesar destas últimas terem maior oferta de cursos. Aquando deste estudo, em 2015, existiam 687 escolas com Ensino Secundário Profissional, sendo que 227 eram exclusivamente para a prática desta modalidade de ensino em que apenas 16 eram públicas.

É possível justificar esta estatística muita pela história dos antigos liceus, ou seja, mesmo com a presença de diversos cursos profissionais nas escolas secundárias públicas nunca se deixou de dar primazia ao ensino secundário dito regular muito pela competência dos seus alunos como para a preocupação de ter profissionais com a maior progressão de estudos possível, neste caso mais habilitações académicas. Por outro lado, no nosso país sempre existiu o estigma em relação aos alunos e ao Ensino Profissional, embora tenhamos um país com indústrias muito específicas e com enorme importância a nível nacional sempre se caracterizaram estes alunos como indisciplinados, pouco trabalhadores e com total desinteresse pela escola em si. Assim, o Ensino Profissional serviria para ‘guetizar’ estes alunos, desvalorizando as suas competências e os seus currículos, quer em termos pessoais quer em termos académicos.

Na mesma entrevista, José Presa, afirma que “o facto de os alunos terem mais sucesso na conclusão do secundário nestes estabelecimentos deve-se sobretudo à existência de instalações e equipamentos adequados às necessidades das diferentes áreas e também por disporem de professores que vêm diretamente das empresas para assegurarem as formações mais técnicas.”⁴

Negativamente, muitos dos estudantes que completam a escolaridade obrigatória tendem a não continuar os estudos por razões financeiras, sendo que cerca de 60% pretende ter independência financeira. Por outro lado, cerca de 18% desta amostra alega ter dificuldades financeiras que não permitem o prosseguimento dos seus estudos.

⁴. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/02/03/sociedade/noticia/elitistas-ensino-profissional-resulta-pior-nos-antigos-liceus-1801378>. Acesso a 24-04-2019

No que diz respeito ao grau de satisfação quer do curso que frequenta quer dos seus docentes e da própria escola, cerca de 75% dos alunos em Portugal mostram-se satisfeitos ou muito satisfeitos a este nível, valores muito importantes no que concerne ao desenvolvimento e ao interesse dos discentes ao longo do seu percurso académico.

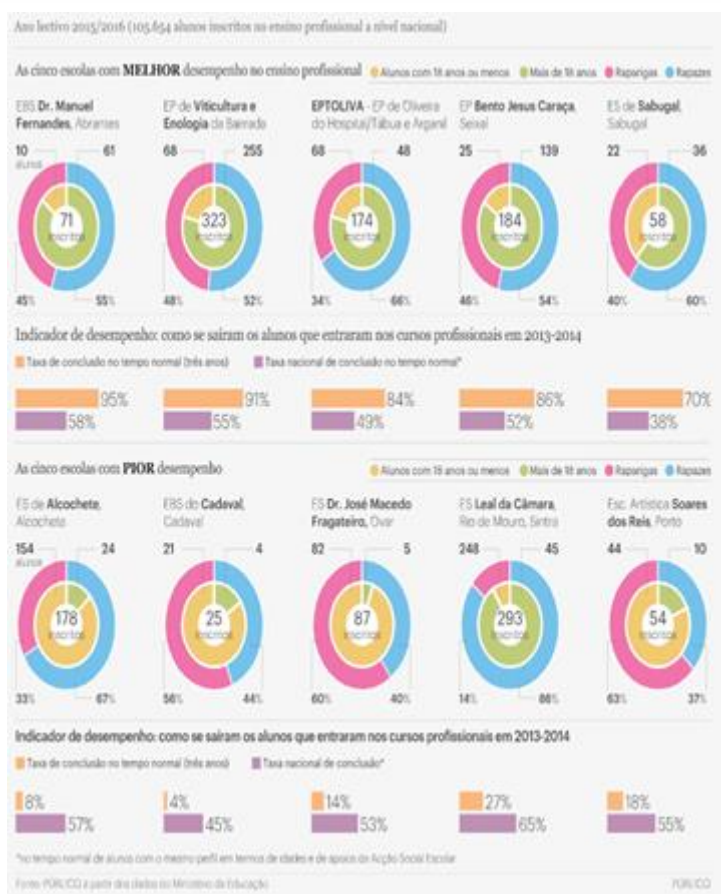


Figura 2- Os melhores e os piores cinco desempenhos nos Cursos Profissionais.

O que podemos evidenciar no quadro acima (Figura 2) é a natural taxa de conclusão em tempo normal, ou seja, 3 anos. No que diz respeito às 5 escolas com melhor desempenho podemos ver que estas taxas oscilam entre os 70% e os 95%. Por outro lado, nas 5 escolas com piores resultados esta estatística diminui consideravelmente, a taxa de conclusão do curso num período de 3 anos varia entre 4% e 27%.

Outro ponto que podemos justificar estas oscilações são o facto em que, por norma, as escolas com melhores resultados têm uma proporção maior de alunos com 18 ou mais anos, ou seja, fora da chamada escolaridade obrigatória. Estes estudantes ainda se encontram matriculados nas escolas por opção própria, logo, à partida, mostram mais interesse e, por conseguinte, melhores resultados académicos. Por outro lado, as escolas com piores resultados têm, por norma, alunos com idade igual ou inferior a 18 anos, logo ainda ‘subjugados’ ao ensino obrigatório. Muitos deles não têm qualquer gosto pela escola em si, pelo curso que frequentam nem pelas matérias por elas lecionadas, apenas se encontram inscritos num estabelecimento de ensino porque são obrigados pelo Estado Português.



Figura 3- Distribuição, por idade e total de alunos nas 5 áreas mais procuradas.

No que respeita à idade dos estudantes vinculados ao Ensino Profissional comparativamente aos discentes que frequentam Cursos Científico-Humanísticos, é possível verificar pelo gráfico acima (Figura 3) que cerca de 40% dos estudantes que frequentam os Cursos Profissionais têm idade igual ou superior a 18 anos; por outro lado apenas pouco mais de 12% têm as mesmas idades em questão. Podemos também justificar

melhores resultados ou pelo menos melhores taxas de conclusão do curso em três anos por parte dos alunos do ER pelas percentagens de idades, estes têm, maioritariamente, a idade normal de frequência no ensino secundário.

Pelos dados estatísticos fornecidos pelo DGEEC no ano letivo de 2015/2016, frequentavam 105.654 alunos no Ensino Secundário Profissional e 195.182 alunos nos Cursos Científico-Humanísticos, seguindo uma tendência de crescimento do EP em Portugal nos últimos anos. No entanto, esta estatística não acompanha o crescimento previsto pelo Governo de ter 50% dos alunos do ensino secundário a frequentar o Ensino Profissional até 2020. Na verdade, é que, atualmente, o EP tem vindo a perder alunos de ano em ano muito por não existirem cursos adequados à realidade concelhia e regional onde as escolas estão inseridas bem como pelo fraco investimento em materiais e recursos humanos que consigam equilibrar a balança entre os alunos que frequentam o Ensino Profissional Secundário e os alunos que frequentam o Ensino Regular Secundário.

Segundo dados da DGEEC de 2017, 23.568 alunos frequentavam o Ensino Profissional em Portugal dos quais 12.366 são rapazes e 11.202 raparigas.

Segundo um estudo realizado em 2018 pelo DGEEC, a maioria dos jovens que finalizam o ensino obrigatório num Curso Profissional conseguem trabalhar logo na sua área de estudo, no entanto, 16% desses alunos não estuda nem trabalha, aquando desse estudo.

No mesmo estudo, e no que diz respeito às médias globais das classificações dos alunos quer do EP quer do ER, podemos denotar que cerca de 4% dos alunos do EP têm classificações médias globais entre 18 e 20 valores enquanto que a percentagens de classificações médias globais do ER entre os 18 e os 20 valores é de cerca de 12%; o que leva a pensar que os alunos do ER têm melhores classificações que os do EP. Apesar disso, em classificações entre 10 e 14 valores, as percentagens já são muito semelhantes e entre 15 e 17 valores a percentagem de classificações é consideravelmente superior no EP do que no ER.

Capítulo II - Caracterização do estudo de caso

2.1. A Escola, os alunos e os docentes

O Ensino Profissional na Escola Secundária António Nobre tem sido uma aposta com sucesso. Como tal, estão presentes e em funcionamento dois cursos, o Curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e o Curso de Técnico de Apoio à Infância.

Na Tabela 1, apresentamos uma breve caracterização das turmas através de dados fornecidos pela escola.

Tabela 1 – Caracterização das turmas em estudo.

	10º AI	10º CG	11º AI	11º CG	12º CG
Nº de alunos	15	27	13	28	20
Média de idades dos alunos	16,7	15,9	17,2	17,2	17,9
Habilitação académica EE/pais	Bacharelato -1 Ensino Secundário - 6 Formação desconhecida - 2 Ensino Básico - 6 Restantes - sem habilitações	Licenciatura – 1 Ensino Sec. - 10 Formação desconhecida – 1 S/habilitações académicas – 9 Restantes - Ensino Básico	Maioria dos EE/pais com habilitação referente ao 9º ano de escolaridade	Maioria dos EE/pais com habilitação referente ao 9º ano de escolaridade	Ensino Sec. 14 Mestrado - 1 Licenciatura – 5 Restantes com Ensino Básico.
Concelho de residência dos discentes	5 alunos do concelho do Porto. Restantes: concelhos de Valongo, Gondomar e Maia	4 alunos do concelho do Porto, 9 da Maia, 2 de Valongo, 3 de Gondomar, 2 de Matosinhos e 1 de Gaia.	7 alunos do concelho do Porto, 2 da Maia, 2 de Gondomar e 1 de Matosinhos	11 alunos do concelho do Porto, 4 da Maia, 4 de Valongo, 5 de Gondomar e 1 de Gaia	12 alunos, 4 maia, 2 Gondomar e 2 Gaia

2.2. Os Cursos de Formação Profissional na Escola Secundário António Nobre

A Escola Secundária António Nobre tem atualmente dois Cursos Profissionais, sendo eles o Curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e o Curso de Técnico de Apoio à Infância.

Segundo o Diário da República, 1.ª série — N.º 82 — 28 de abril de 2011, o Plano de estudos do Curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva divide-se da seguinte forma:

Tabela 2 - Portaria n.º 176/2011 de 28 de abril – Anexo 1

Plano de estudos	
Componente de formação	Total de horas
Componente de formação Sociocultural	
Português	320
Língua Estrangeira I, II ou III	220
Área de Integração	220
Tecnologias da Informação e Comunicação	100
Educação Física	140
Componente de Formação Científica	
Matemática	200
Psicologia	200
Estudo do Movimento	100
Componente de Formação Técnica	
Práticas de atividade físicas e desportivas	355
Organização e gestão do Desporto	300
Gestão de Programas E Projetos do Desporto	275
Gestão de Instalações Desportivas	250
Formação em Contexto de Trabalho	420
Total de horas/Curso	3100

Por outro lado e segundo a Portaria, nº 1283/2006 de 21 de novembro concede ao Curso profissional de Técnico de Apoio à Infância o seguinte Plano de estudos:

Tabela 3 - Portaria, nº 1283/2006 de 21 de novembro.

Plano de estudos	
Componente de formação	Total de horas
Componente de formação Sociocultural	
Português	320
Língua Estrangeira I, II ou III	220
Área de Integração	220
Tecnologias da Informação e Comunicação	100
Educação Física	140
Componente de Formação Científica	
Matemática	100
Psicologia	200
Sociologia	200
Componente de Formação Técnica	
Saúde Infantil	240
Expressão Plástica	360
Expressão Corporal, Dramática e Musical	240
Técnica Pedagógica e Intervenção Educativa	340
Formação em Contexto de Trabalho	420
Total de horas/Curso	3100

2.3. Materiais e métodos

O Agrupamento de Escolas António Nobre agrupa sete escolas (Figura 4):

- Escola Básica das Antas
- Escola Básica Monte Aventino
- Escola Básica de Montebello
- Escola Básica de S. João de Deus
- Escola Básica da Areosa
- Escola Básica Nicolau Nasoni
- Escola Secundária António Nobre



Figura 4 - Enquadramento geográfico do Agrupamento de Escolas António Nobre.

A sede deste agrupamento, a ESAN, situa-se na freguesia de Paranhos, no concelho do Porto na Rua Aval de Cima, nº 128, e recebe alunos desde o 7º ao 12º ano de escolaridade.

A escola foi inaugurada em 1972 com a designação Liceu António Nobre com vista ao prosseguimento de estudos para o Ensino Superior após a reforma do Ensino de Veiga Simão em 1970. Em consequente, e muito pelo impacto que teve a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal a nomenclatura deste estabelecimento de ensino foi alterada para Escola Secundária António Nobre, até ao presente dia.

Esta escola contempla, nomeadamente no Ensino Profissional Secundário, os cursos de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e Técnico de Apoio à Infância com a estrutura que apresentámos anteriormente.

Na realização deste trabalho, foram inquiridas diversas turmas quer do Ensino Secundário (Profissional e Regular) quer do Ensino Básico da Escola Secundária António Nobre, com vista à perceção destes em relação ao Ensino Profissional na própria escola. Além das turmas acima referidas foram inquiridos os docentes da escola. Como forma de aumentar o universo populacional desta amostra e assim torná-la mais credível foram igualmente efetuados inquéritos a docentes da Escola Secundária de Paços de Ferreira.

Foi utilizada a aplicação *online Google Forms* para mais facilmente se inquirir o público-alvo e tratar de uma forma mais cuidada todas as estatísticas relacionadas com os inquéritos, aspeto fundamental para a elaboração deste relatório de estágio⁵.

Assim, numa primeira fase, foram inquiridos 74 alunos sendo 10 do 9º ano de escolaridade, 29 do 10º ano de escolaridade e 35 do 11º ano de escolaridade; em termos percentuais contemplam-se 14% de alunos no 9º, 39% do 10º e 47% do 11º ano. Relativamente ao género inquiriram-se 29 alunos do sexo feminino (39,19%) e 45

⁵. Apesar de ter anexado em formado pdf os anexos referentes aos inquéritos por questionário, podem ser consultados online através dos links:

1. <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdLpCUmvqWo0gh3aBceDCwVWKON6sdOnKA3uwbGNT4UIpejSQ/viewform?vc=0&c=0&w=1> – Ensino Profissional. Anexo 3

2. https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeEaxN9RxmIfGk-Zx06osrATWbNP_o2_oaKa3PqhMmV-NpQ3g/viewform?vc=0&c=0&w=1 – Ensino Regular. Anexo 4

3. <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfauKhhFcxA3UVi0DMCb0ceaZCBcp3Ilpawx9sGpgdvfQ1a8g/viewform?vc=0&c=0&w=1> – Docentes. Anexo 5

(60,81%) do sexo masculino. Em relação ao curso frequentado pelos discentes, 24 (32,43%) frequentam o Curso de Apoio à Infância e 50 (67,57%) frequentam o Curso de Apoio à Gestão Desportiva. É de salientar que uma parte substancial dos alunos está a concluir/concluiu o 9º ano de escolaridade em escolas do mesmo agrupamento (Agrupamento de escolas António Nobre) (Tabela 4).

Tabela 4 – Número e percentagem de alunos que frequentou determinada escola no 9º ano de escolaridade.

	nº	%
EB 2/3 Nicolau Nasoni	13	17,6
ES/3 António Nobre	12	16,2
EB 2/3 Pedrouços	4	5,4
Escola Secundária Aurélia de Sousa	4	5,4
Agrupamento de Escolas Abel Salazar	3	4,1
Escola Secundária de Ermesinde	3	4,1
EB 2/3 Pêro Vaz de Caminha	2	2,7
Escola Básica Augusto Gil	2	2,7
Escola Básica e Secundária do Levante da Maia	2	2,7
Agrupamento de Escolas de Canela	1	1,4
Colégio D. Duarte	1	1,4
Colégio Johutaya	1	1,4
Colégio Nossa Senhora da Bonança	1	1,4
Dr. Manuel Laranjeira	1	1,4
EB 2/3 de Pedrouços	1	1,4
EB 2/3 Frei Manuel de Santa Inês	1	1,4
EB 2/3 Manoel de Oliveira	1	1,4
EB 2/3 Paranhos	1	1,4
EB Eugénio de Andrade	1	1,4
EB Marques Leitão	1	1,4
EB2/3 Manoel de Oliveira	1	1,4
Escola Alexandre Herculano	1	1,4
Escola António Sérgio	1	1,4
Escola Básica da Areosa	1	1,4
Escola Básica de S. Lourenço - Ermesinde	1	1,4
Escola Básica e Secundária de Águas Santas	1	1,4
Escola Básica e Secundária Passos Manuel	1	1,4
Escola Básica Sá Couto (Espinho)	1	1,4

Escola Básica Soares dos Reis	1	1,4
Escola EB 2/3 de Gueifães	1	1,4
Escola Gaia Nascente	1	1,4
Escola José Régio	1	1,4
Escola Nova Era	1	1,4
Escola Secundária Augusto Gomes	1	1,4
Escola Secundária de Gondomar	1	1,4
Externato Santa Joana	1	1,4
Hélène Boucher	1	1,4
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1	1,4

Capítulo III - Apresentação e análise de resultados

3.1. Alunos do Ensino Profissional

De acordo com a estrutura do questionário aplicado aos estudantes do Ensino Profissional (EP), vamos elaborar a nossa análise considerando os 4 pontos considerados: identificação, percurso escolar, escolhas/expectativas escolares e níveis de satisfação e projetos futuros. No entanto, optámos por uma sequência contínua em termos de texto, de forma a tornar mais claros os resultados obtidos em cada grupo de inquiridos.

No contexto dos alunos do EP foram inquiridos 74 alunos, a maior parte do 11º ano de escolaridade (47%) e apenas 14% integrados no 9º ano (Figura 5A). Em termos de idade, esta varia entre os 15 e os 20 anos, sobressaindo os estudantes com 17 anos (Figura 5B). Parece-nos importante ressaltar que embora a idade tenda a aumentar com o ano de escolaridade (o que é o ‘normal’), 30% dos alunos do 9º ano atingiram já os 18 anos e 10% os 19 (Figura 6).

Do total, 60.8% são do género masculino e 39.2% do género feminino, verificando-se que os primeiros frequentam sobretudo o Curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (88,9%) – preferido por 67,5% da nossa amostra – optando as raparigas, sobretudo, pelo curso de Técnico de Apoio à Infância (65,5%), que é opção de 32,5% dos alunos.

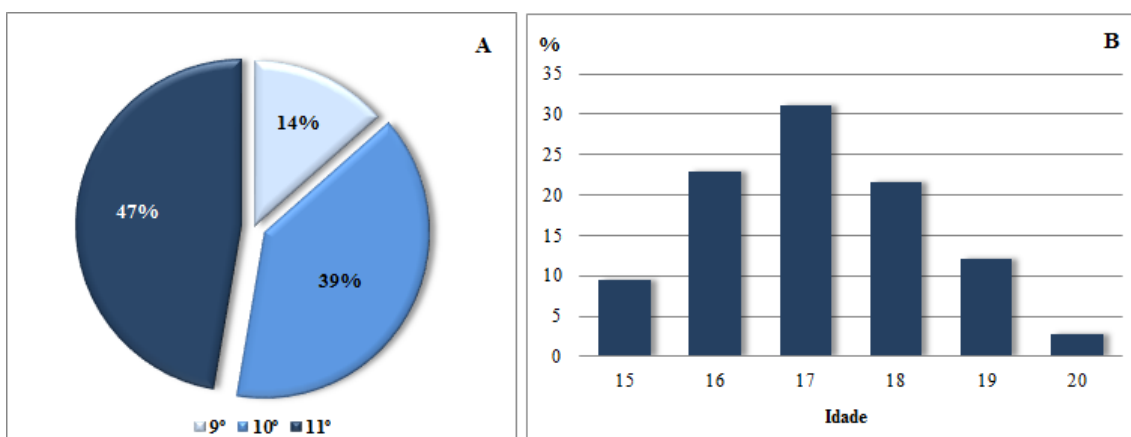


Figura 5 – Anos de escolaridade (A) e idades (B) dos alunos do ensino profissional.

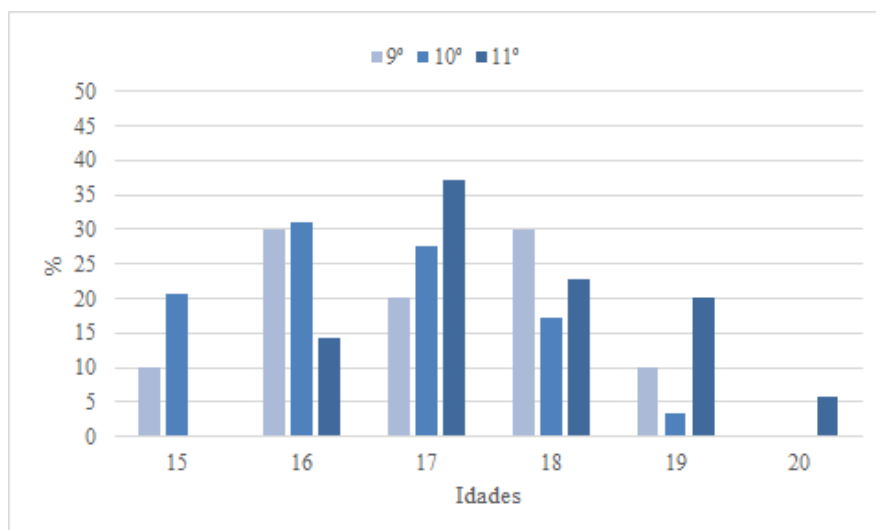


Figura 6 – Distribuição das idades por ano de escolaridade.

Ainda no âmbito desta primeira parte do questionário salienta-se o facto do papel de encarregado de educação ser exercido maioritariamente pela mãe (72%), situação que tem vindo a ser focada em vários estudos (i.e. Sousa e Pereira, 2014; Abreu, 2016) - revertendo a histórica posição formal de poder do pai (Balacho, 2005) - associada sobretudo ao progressivo aumento dos divórcios em que os filhos ficam sobretudo a residir com as mães. (Figura 7).

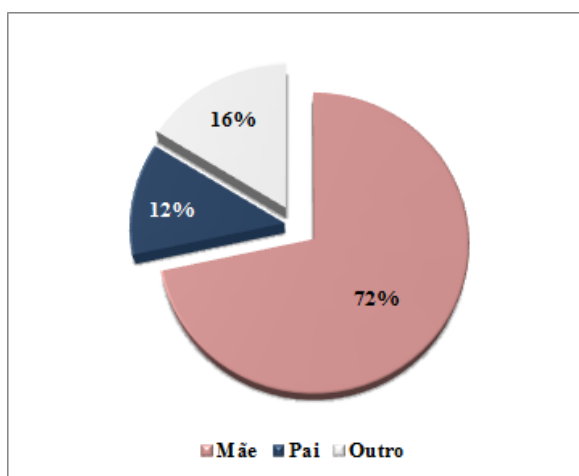


Figura 7 - Exercício do papel de encarregado de educação.

Sobre a escolaridade dos progenitores, observa-se que a maior parte detém o ensino secundário (55,5% e 35,8%, respetivamente, para o pai e mãe), a que se segue o 3º ciclo (Figura 8). Salienta-se, ainda, que uma percentagem significativa das mães possui apenas o 1º (15,1%) e 2º ciclo (18,8%), sendo muito reduzido o valor das detentoras de um curso do Ensino Superior (5,6%). Este panorama é relativamente diferente do que se regista a

nível nacional - considerando os dados do Pordata de 2011 e 2018 para a população residente em Portugal com idade entre os 15 e 65 anos – embora os dados não possam ser comparados diretamente. No entanto, queremos destacar sobretudo o facto da percentagem dos pais dos nossos alunos com Ensino Superior ser bastante mais baixa relativamente à média nacional, embora o secundário coincida, considerando os valores apresentados pelo Pordata para 2018 (Figura 9).

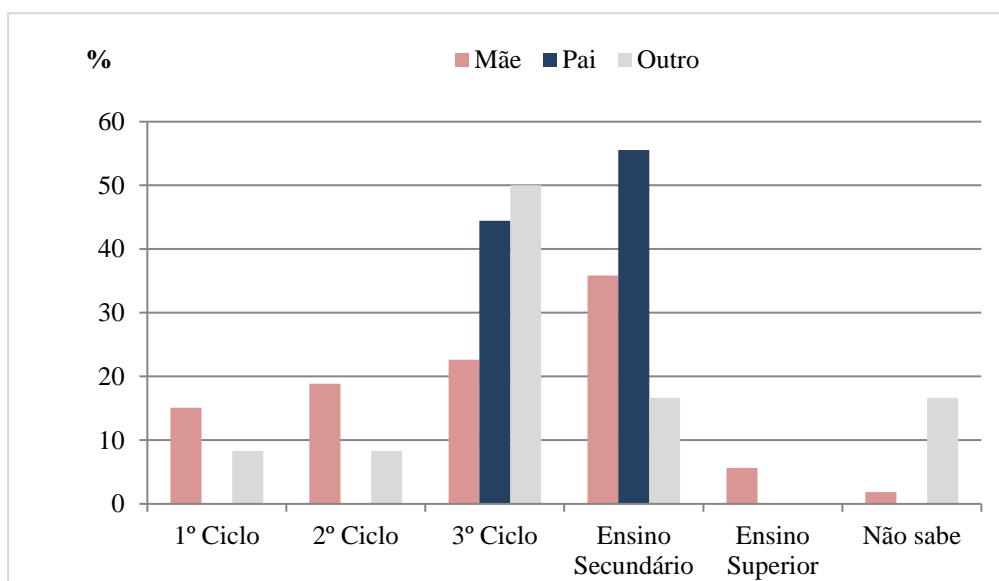


Figura 8 - Escolaridade dos encarregados de educação dos alunos do EP.

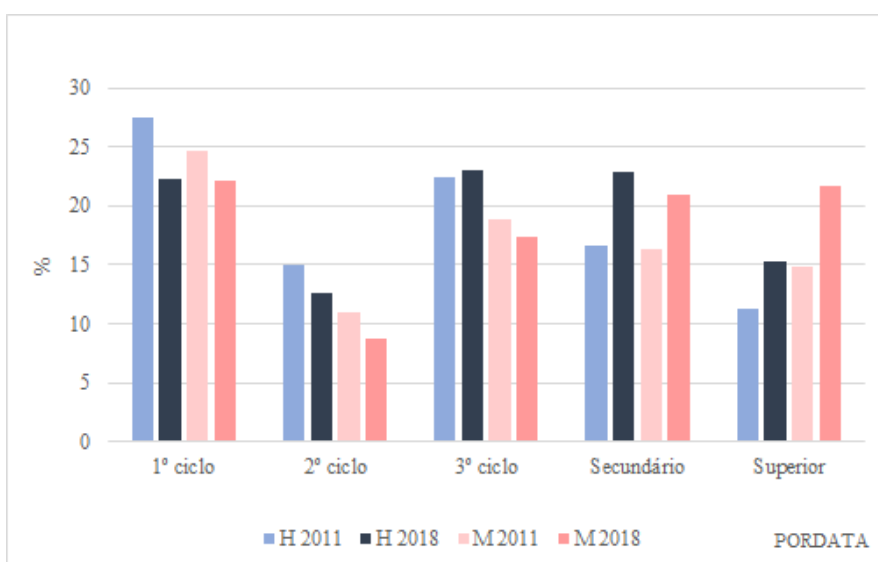


Figura 9 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado.

Analisando agora a informação relativa ao percurso escolar dos nossos alunos e relativamente à questão das retenções, verifica-se que é elevada independentemente do sexo, considerando que 79,7% dos estudantes reprovaram pelo menos uma vez, abrangendo 41,3% das raparigas e 50% dos rapazes. Salienta-se ainda que 20,2% já reprovaram duas vezes e 12,1% mais de duas, sendo o 9º e 10º os anos de escolaridade que registam percentagens mais elevadas.

Relativamente aos motivos que consideram justificar a sua retenção (Figura 10), a opção que reúne maior consenso relaciona-se com a dificuldade dos conteúdos: cerca de 67% dos alunos concorda (C) ou concorda totalmente (CT) com esta opção, a que se segue o 'não gostar da escola', embora apenas considerada por 26,3% dos estudantes agregando o C e CT. Refira-se ainda o 'não gostar dos professores', mas apenas é considerada por 17,5% (C e CT) e cerca de 16% salientam que a 'avaliação foi injusta' e 'achavam não ser importante estudar'.

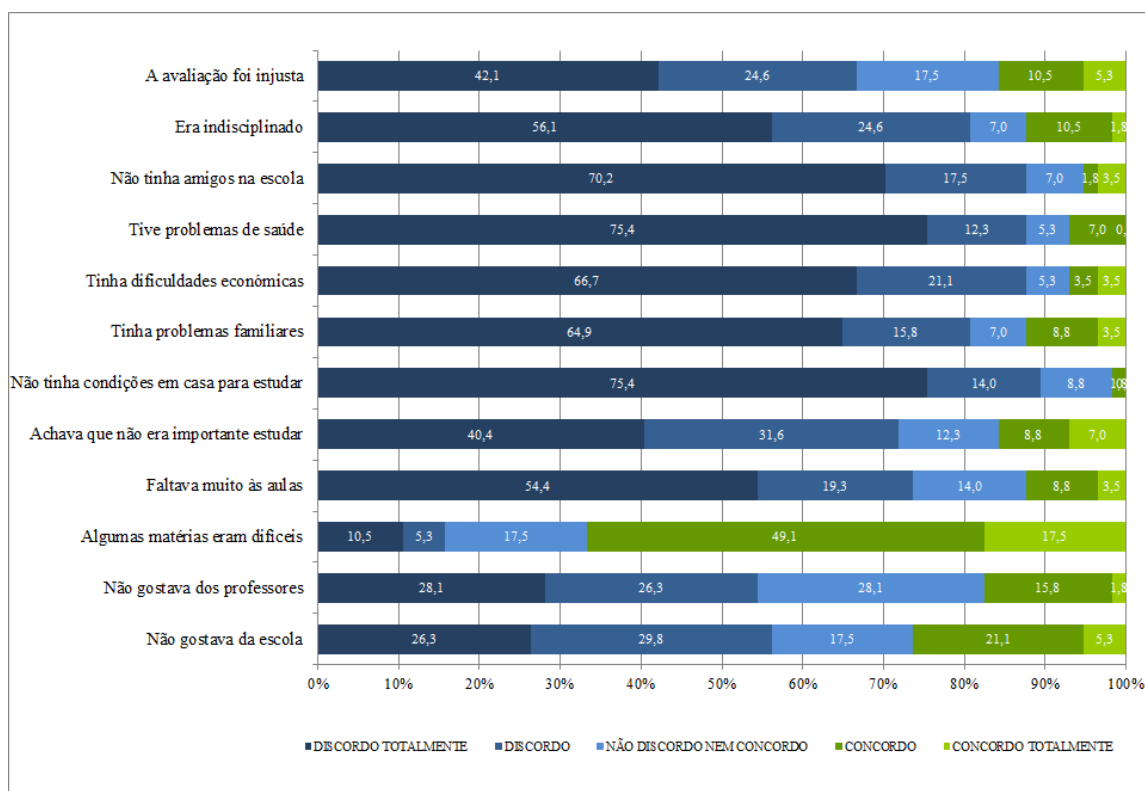


Figura 10 - Motivos que, na opinião dos alunos, justificam as suas retenções.

Como motivos que não consideram importantes, discordando totalmente (DT) ou discordando (D), salientam-se, com percentagens similares, os 'problemas de saúde' e o 'não ter condições em casa para estudar' (87,7 e 89,4%, respetivamente), assim como 'não ter amigos na escola' e as 'dificuldades económicas' (ambos com 87,7%). Os 'problemas familiares' (80,7%), a 'indisciplina' (80,7%) e as 'faltas' (73,7%), também não assumem destaque.

De acordo com Martins (2017, apud Oliveira, 2019, p. 26), “(...) as causas do insucesso escolar são múltiplas e por vezes contraditórias, mas quase todas se relacionam com fatores ligados ao próprio aluno [fatores individuais], ao nível socioeconómico e cultural da sua família [fatores socioeconómicos, socioculturais e familiares], à escola enquanto instituição e aos elementos que nela trabalham, designadamente o professor [fatores relacionados com sistema escolar]”.

Os resultados obtidos indiciam que os nossos alunos não atribuem a motivos de ordem socioeconómica e familiar o seu insucesso, centrando-se sobretudo em questões ligadas ao sistema escolar. De qualquer modo, se a ‘dificuldade dos conteúdos’, o ‘não gostar da escola ou dos professores’ e a ‘injustiça da avaliação’ se podem associar ao sistema educativo em si, não deixam de se associar a fatores individuais (i.e. interesse, motivação, capacidade cognitiva, inteligência emocional) e socioculturais (i.e. escolaridade dos pais, origem social, vivências quotidianas, atitudes, valores). Efetivamente a falta de interesse pela escola, o ‘não achar importante estudar’ e mesmo a dificuldade dos conteúdos, não deixam de estar relacionados com aspetos intrínsecos ao aluno e ao seu contexto familiar.

Contemplando agora o grupo de questões relativas às escolhas/expetativas escolares e relativamente à forma como tiveram conhecimento do EP, verificamos que 35,1% referem ter sido através dos amigos, a que se seguem, com 27%, os professores ou psicólogo (Figura 11). Estes resultados expressam, provavelmente, a importância que os ‘pares’ exercem sobre os jovens numa fase da vida (adolescência) em que o grupo de amigos condiciona em grande parte as escolhas, mas também a influência/segurança que o conselho dos docentes e profissionais a quem reconhecem experiência neste *domínio* lhes inspira (Silva, 2001; Costa, 2013). O que nos parece importante destacar, é a baixa

percentagem dos estudantes que referem as 'ações de divulgação na escola', que, na nossa opinião, devia ser reforçada.

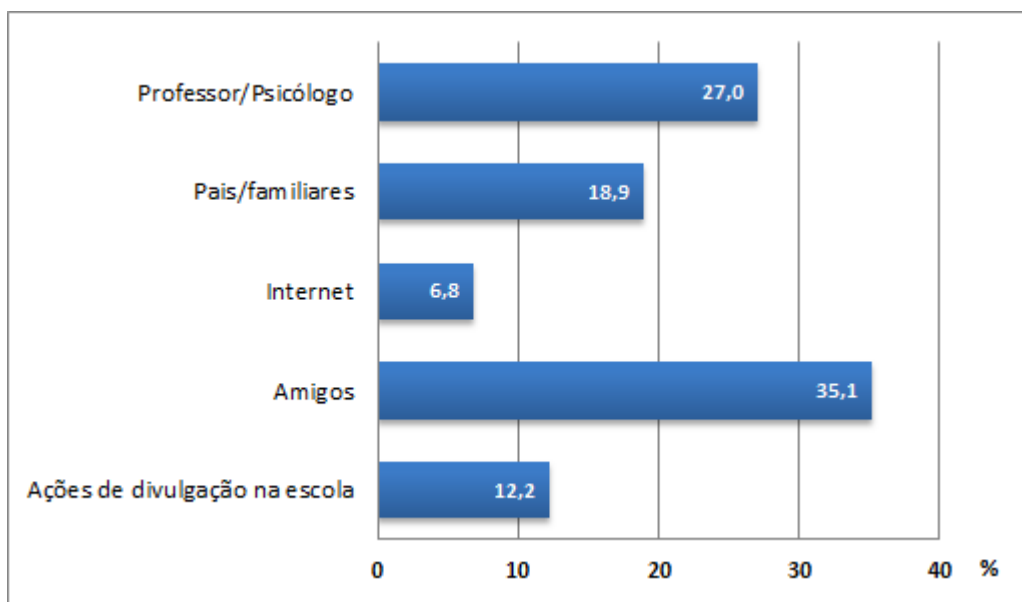


Figura 11- Conhecimento da existência dos cursos de Ensino Profissional.

Relativamente aos motivos que justificam a sua escolha pelo EP, destacam-se o 'gosto pela área profissional (51,4% C e 31,1% CT) e o facto de considerarem que os 'prepara melhor para o mundo do trabalho' (44,6% C e 29,7% CT). Na nossa perspetiva consideramos que estas escolhas são as bases do EP, pelo que, respeitando o interesse e informação que os alunos têm sobre este tipo de ensino, é natural que sejam as mais escolhidas. Efetivamente, as suas opções recaem também sobre o facto de ser uma 'formação de carater mais prático' (43,2% C e 23% CT) que lhes permite 'arranjar emprego com mais facilidade' (36,5 C e 12,2% CT), apesar de também admitirem que é uma forma 'mais fácil de concluir o 12º ano' (37,8% e 20,3% CT).

Entre as opções menos assinaladas, infere-se, positivamente, que não descuram a possibilidade de 'frequentar o Ensino Superior', pois só cerca de 30% parecem concordar ou concordar totalmente com a afirmação. E se cerca de 35,1% ainda não têm uma opinião formada, igual percentagem discorda ou discorda totalmente com a não frequência do Ensino Superior.

Quanto à decisão de seguir a via profissional (que inserimos para cruzar com a

questão anterior), nota-se que os professores/psicólogos da escola e os encarregados de educação (em percentagens similares) exercem uma forte influência na sua escolha (Figura 12). Note-se, por exemplo, que a diferença relativamente aos que discordam ou discordam totalmente desta opção atinge cerca de 10%. Assim, se são sobretudo os amigos que ‘lhes falam’ sobre o EP, a decisão de o frequentar é claramente apoiada nos encarregados de educação e professores/psicólogos.

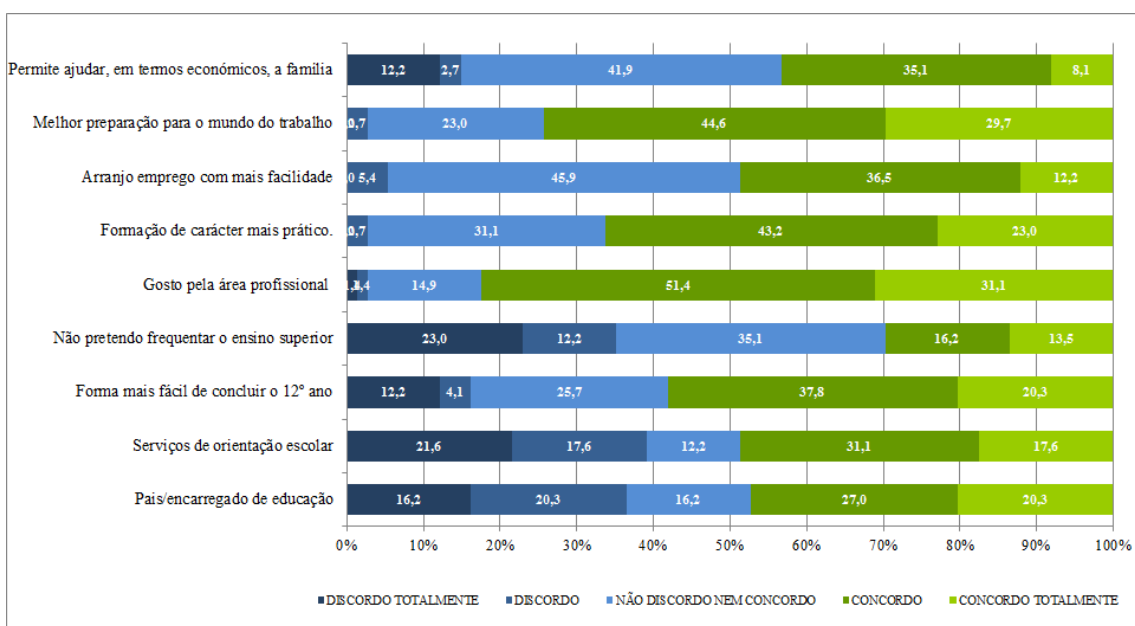


Figura 12 – Justificações de opção pelo Ensino Profissional.

Na sequência desta questão, perguntamos aos alunos se o curso que se encontrava a frequentar era a sua primeira escolha. A maioria (83,8%) respondeu afirmativamente, questionando-se os restantes (16,2%) sobre os motivos que os conduziram a uma opção não pretendida e qual o curso que efetivamente gostariam de frequentar (Figura 13). As duas alternativas de resposta mais escolhidas acentuam a vontade de estudar na ESAN, seguindo-se a não existência de vagas para o curso que pretendiam. Assinala-se, ainda, que apenas 1 dos alunos referiu o facto do curso que realmente gostava tinha disciplinas em que sente dificuldades.

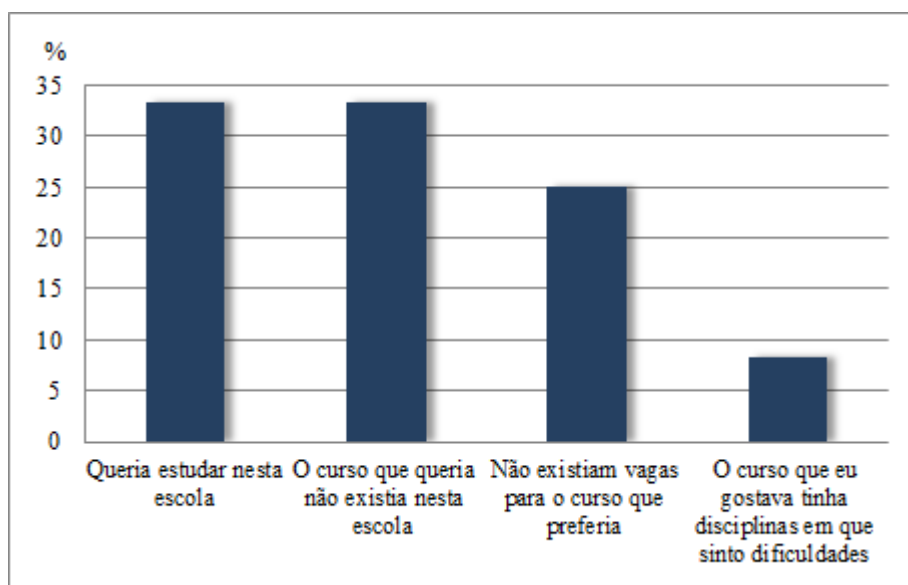


Figura 13 – Justificações para a frequência de um curso do EP que não foi a primeira escolha.

Sobre o curso de EP que gostariam de frequentar, apenas 67% dos que não estão na sua primeira escolha responderam, assinalando 50% o Curso de Técnico de Desporto (que existia anteriormente na ESAN). Para além deste, são referidos o curso de Fotografia, Música, Psicologia e Técnico de Audiovisuais.

Ainda neste grupo temático de questões e sobre o conhecimento que tinham sobre as profissões a que o curso frequentado dava acesso, a grande maioria respondeu afirmativamente e apenas 2% desconhecia (Figura14).

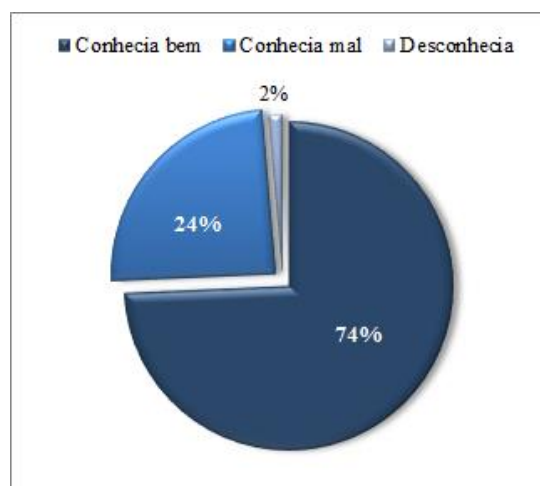


Figura 14 - Conhecimento das profissões a que dá acesso o curso de EP frequentado.

Considerando agora os níveis de satisfação relativamente ao curso que frequentam, pedimos para o avaliarem face às expectativas iniciais que detinham, respondendo a maior parte que eram ‘elevadas’ (63,5%) (Figura 15). Neste contexto, destacamos sobretudo os que ‘não tinham (expectativas)’, o que parece indicar um desinteresse acentuado sobre a opção feita. Cruzando esta informação com dados anteriores, verifica-se para 37,7% destes alunos o curso frequentado não era a sua primeira escolha.

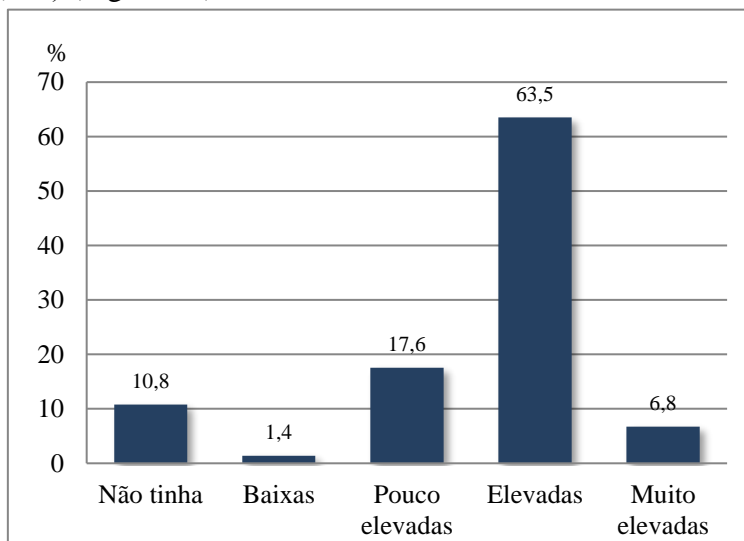


Figura 15 - Expectativas à entrada no Curso Profissional.

Sobre o grau de satisfação face à frequência do curso, de uma maneira geral, os alunos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o curso que frequentam (55,4% e 17,6% respetivamente). Uma diminuta parte destes jovens (5,4%) declara estar insatisfeito apesar de ter sido a sua primeira escolha. (Figura 16)

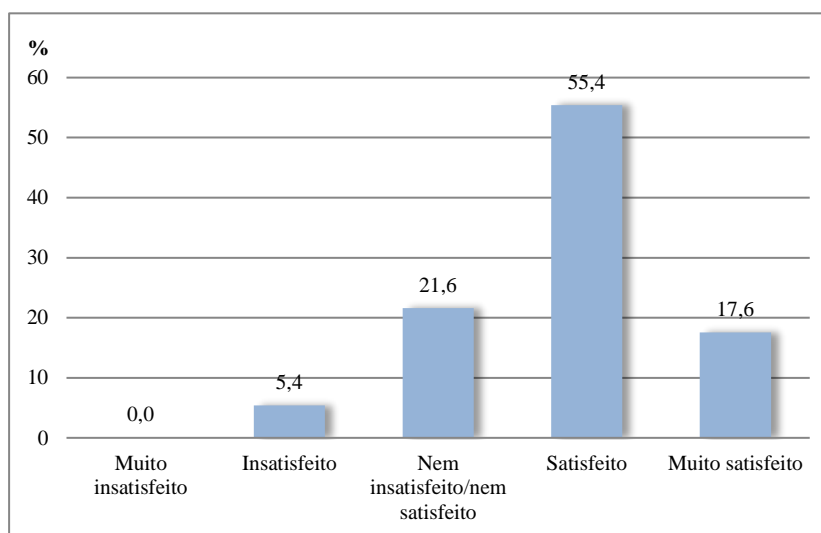


Figura 16 – Grau de satisfação relativamente ao curso frequentado.

Ainda na sequência da questão anterior, solicitamos que avaliassem o curso tendo em conta doze aspetos (Figura 17). Destes, nove foram avaliados como bons por mais de 50% dos estudantes e um – relação com os colegas como muito bom. Dos que obtiveram uma postura mais negativa, destacam-se o número de horas de aulas práticas, consideradas insuficientes por 21,6% dos alunos – todos eles frequentando o Curso de Gestão Desportiva - ou apenas suficientes (41,9%), a que se seguem o interesse pelos conteúdos abordados, os espaços/equipamentos disponíveis e a utilização de tecnologias.

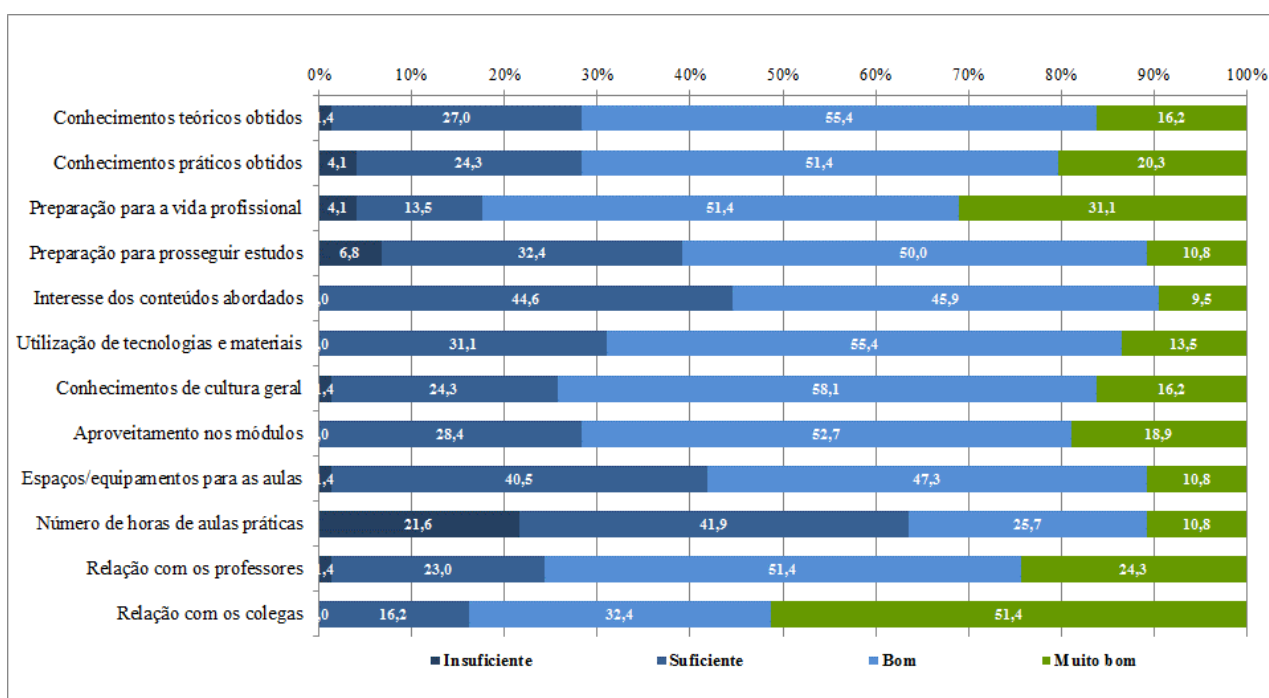


Figura 17 - Avaliação do curso frequentado face a alguns aspetos previamente definidos.

Entrando no domínio da componente mais prática do curso, o estágio, solicitamos a opinião sobre a importância que lhe é atribuída. Cerca de 96% dos alunos inquiridos consideram que é muito importante ou importante, tornando irrelevante a percentagem dos que afirmam ser pouco ou nada importante.

Quanto ao que consideram poder ser melhorado no curso frequentado, as opções vão ao encontro dos aspetos que anteriormente focaram como menos positivos, designadamente a necessidade de terem mais aulas práticas (23%) e uma menor carga horária letiva (18,9%). Segue-se o aumento do número de aulas de Educação Física e uma melhor distribuição do horário (ambos com 9,5%), mas 13,5% dos alunos não têm qualquer mudança ou proposta a fazer – o que é consentâneo com o facto da maior parte estar satisfeita com o curso (Figura 18).



Figura 18 - O que deveria ser melhorado no curso na perspectiva dos discentes.

Ao nível dos projetos após conclusão do EP, a maior parte pretende encontrar um emprego na área de formação (40,5%), mas é significativa a percentagem dos que pretendem ingressar no Ensino Superior: 47,3%, dos quais 29,7% pretendem trabalhar em simultâneo e 17,6% estudar a tempo inteiro. Esta conclusão parece-nos extremamente importante e pode ajudar a alterar a perspetiva ‘negativa’ sobre o EP que focamos no início do trabalho. Efetivamente, estes estudantes optam por um curso de dupla certificação que lhes confere uma certificação escolar e uma qualificação profissional, permitindo-lhes ‘ampliar os horizontes’ relativamente ao seu projeto de vida: se por um lado concluem a escolaridade obrigatória, por outro contemplan a possibilidade de

prosseguir os estudos a um nível superior, ao mesmo tempo que, podendo entrar no mercado de trabalho, ganham experiência e autonomia.

Sobre a profissão que gostariam de exercer no futuro, as respostas, na maior parte dos casos, vão ao encontro da formação obtida nos dois cursos de EP que frequentam (Figura 19). Salientam-se, por exemplo, o emprego como educador de infância (cerca de 15%), *personal trainer* (12%), auxiliar de ação educativa (11%) e, com percentagens iguais, a profissão de jogador de futebol, professor(a) de Educação Física e treinador. Mas note-se que 9,5% ‘ainda não sabe’, surgindo igualmente referência a ocupações não relacionadas com o curso que frequentam, como polícia, cabeleireira, massagista e médico.

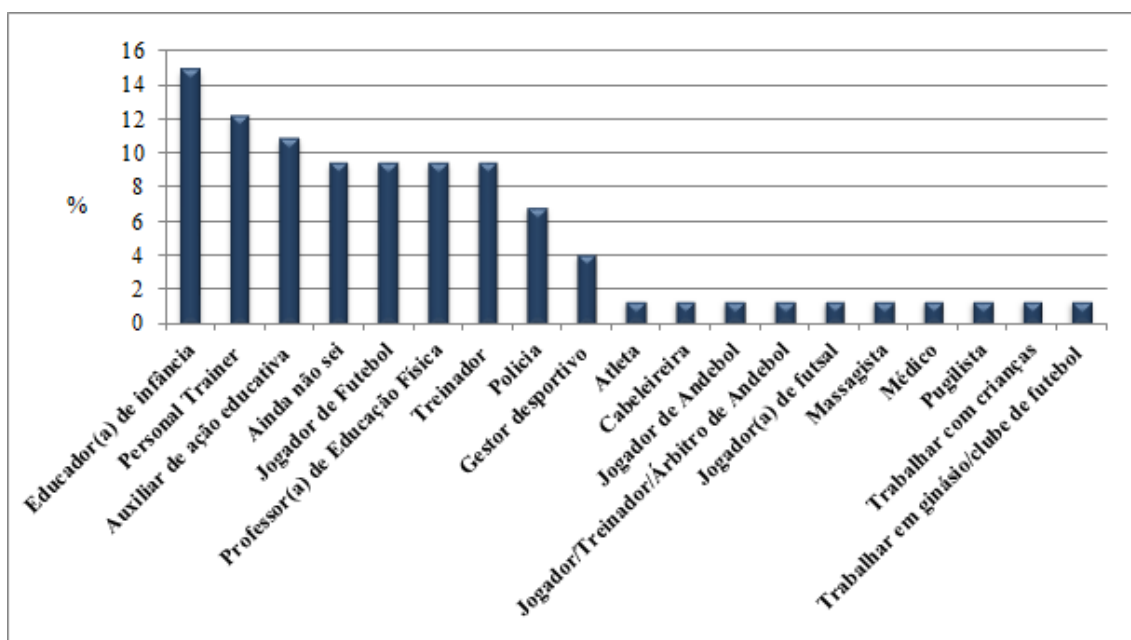


Figura 19 – Profissão que gostaria de exercer.

3.2 Alunos do Ensino Regular

No contexto do Ensino Regular (ER) da ESAN, responderam ao questionário (Anexo 4) 34 alunos distribuídos por duas turmas do 11º ano de escolaridade do Curso de Línguas e Humanidades, 53% do género masculino e 47% do género feminino. A média de idades é bastante próxima dos 17 anos, ou seja, ligeiramente inferior aos alunos do mesmo ano de escolaridade do EP, que corresponde a 17,5 anos.

De forma similar aos alunos do EP, é a mãe que assume predominantemente a função de encarregado de educação (Figura 20).

Relativamente ao nível de escolaridade, não discriminando por género, predominam os pais que completaram o ensino secundário (35,3%), o que também acontecia no caso dos alunos do EP, mas agora a percentagem de licenciados é muito superior: 20,6% em contraponto aos 4% do EP (fazendo obviamente os cálculos sem contemplar o sexo).

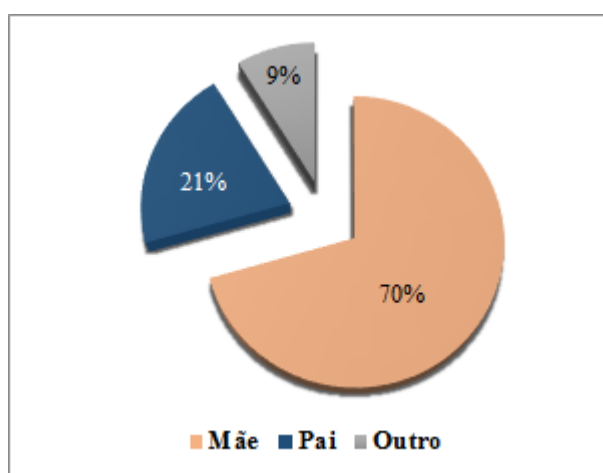


Figura 20 - Encarregados de Educação.

No âmbito das questões associadas ao percurso escolar e começando pelas retenções, verifica-se que 55,8% nunca ‘reprovaram’ – enquanto no EP a percentagem era de 20,3% - e destes 80% só ficaram retidos uma vez. De qualquer modo, a verdade é que o número de retenções é ainda assim considerável (44,2%), sendo o maior número no 10º ano de escolaridade (o que já acontecia no EP).

Sobre as escolhas e expectativas escolares, a primeira questão pretendia averiguar que decisões tomariam no final do ano letivo seguinte, ou seja, ao completar o ensino obrigatório (Figura 21). Como seria de esperar, a maior parte pretende continuar a estudar permanecendo no ER de nível superior (64,7%), não existindo nenhum aluno que tivesse

manifestado vontade em frequentar o EP de nível superior, ou seja obter o diploma de técnico superior profissional. No entanto, 26.5% salienta que vai trabalhar a tempo parcial e quase 9% refere que pretende interromper os estudos e começar a trabalhar. Recorde-se que também 29,7% dos alunos do EP pretendem ingressar no Ensino Superior e trabalhar em simultâneo – mas estes já detêm uma qualificação específica – e quase 18% admitem mesmo a hipótese de frequentar uma instituição de Ensino Superior em exclusivo.

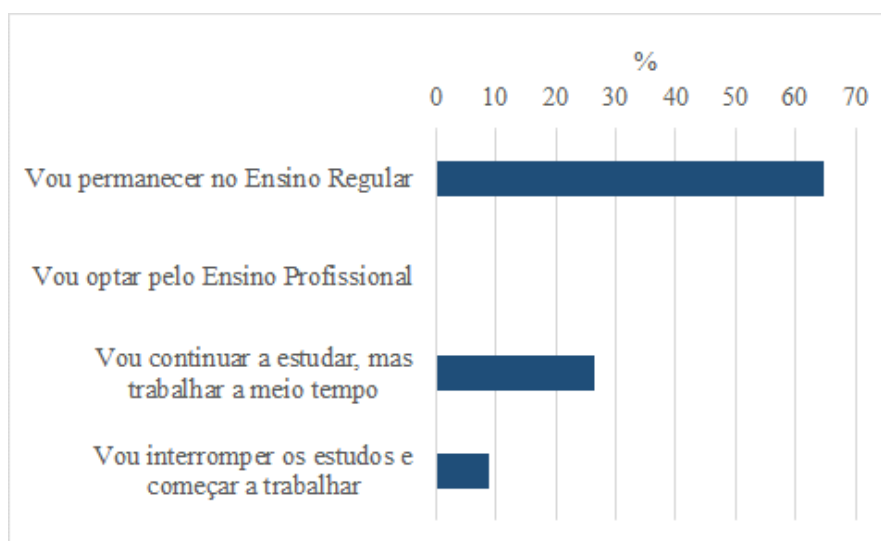


Figura 21 - Decisão que pretende tomar no final da escolaridade obrigatória.

As questões seguintes destinavam-se apenas aos alunos que no caso anterior tinham optaram por ‘permanecer no ER’, mas pretendia-se saber os motivos que os levaram a escolher este tipo de ensino quando transitaram para o 10º ano de escolaridade⁶. Sobre os motivos em que basearam a sua decisão, há dois aspetos que sobressaem: relativamente aos estudantes que optaram pela opção 1 (13%), parecem desconhecer que a frequência do EP não os impede de frequentar o Ensino Superior; aos que escolheram a 3 (65,2%) pode igualmente associar-se a justificação anterior, mas consideramos a probabilidade de estar subjacente o ‘estigma’ do EP, ao considerarem que o ER é ‘mais adequado’ por pretenderem prosseguir os seus estudos. (Figura 22)

⁶ . Por lapso, no questionário esta questão não foi esclarecida, pelo que foi explicado posteriormente aos alunos o que se pretendia.

Parece-nos igualmente ‘estranho’ que cerca de 17% considerem que o ER lhes permite, concluído o 12º ano, encontrar emprego com mais facilidade.

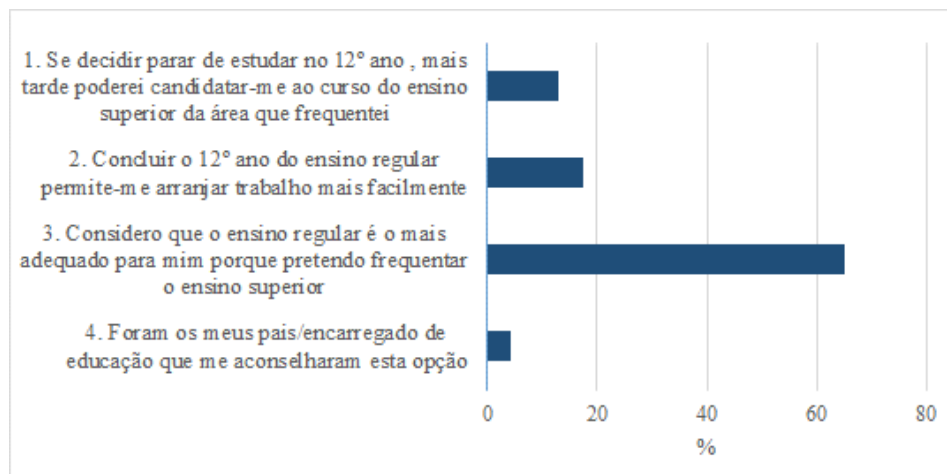


Figura 22 – Motivos que justificam a decisão de frequentar o Ensino Regular.

Relativamente ao facto de conhecerem ou não os Cursos de Formação Profissional disponíveis na ESAN, a maioria (cerca de 83%) respondeu afirmativamente, e destes 57,8% consideram a oferta atrativa. Mas note-se que os restantes (42,2%) têm uma opinião contrária, o que talvez se possa justificar pelo facto da ESAN apenas possuir dois Cursos de Formação Profissional. Recorde-se que dos alunos do EP, 16,5% referiram que o curso escolhido não correspondia à sua primeira opção, justificando a sua permanência pela vontade em estudar na ESAN ou não existirem vagas no curso que pretendiam.

Finalmente, quando questionados se ponderariam frequentar o EP se existisse um curso que fosse ao encontro das suas preferências, 68,4% responderam de forma positiva, o que não é muito consentâneo com as respostas relativas aos motivos que condicionaram a sua decisão pelo ER, mas de certa forma também revela a necessidade da ESAN diversificar os seus Cursos de Formação Profissional e, em termos gerais, que deveria existir uma maior divulgação da oferta que existe nas escolas da cidade do Porto (pelo menos) ao nível do EP.

Assim, se ficámos com a ideia que os estudantes do ER consideram a sua frequência ‘mais adequada’ para quem pretende frequentar o Ensino Superior - revelando parcialmente o ‘estigma’ que o EP se destina a alunos com menos expectativas (e talvez

com ‘mais baixos resultados académicos’) – também não podemos deixar de admitir que há ainda muita falta de informação sobre o que é hoje o EP de nível 4, isto é, um “[e]nsino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos a nível superior acrescido de estágio profissional”⁷.

3.3. Perspetivas dos docentes

Como referimos, no caso dos docentes o nosso questionário foi aplicado na ESAN e na Escola Secundária de Paços de Ferreira (ESPF), apresentando-se na tabela 5 as informações de âmbito geral relativas aos profissionais de ambas as escolas.

Tabela 5 – Dados gerais dos docentes da ESAN e ESPF.

INFORMAÇÃO GERAL		ESAN	ESPF	TOTAL
Nº de inquiridos		10	9	19
Género	Feminino	9	6	15
	Masculino	1	3	4
Idades		Entre 33 e 64 anos		
Tempo de Serviço	11 a 20 anos	2	3	5
	21 a 30 anos	3	5	8
	> 30 anos	5	1	6
Formação académica	Licenciatura	8	8	16
	Mestrado	1	1	2
	Doutoramento	1	0	1
Docência	Ensino Regular	5	4	9
	Ensino Profissional	1	3	4
	Ambos	2	2	4
	Não responderam	2	0	2

Como se pode observar, as diferenças entre os professores das duas escolas são pouco significativas. Do total dos 19 inquiridos, 78,9% são do género feminino, embora na ESPF a diferença seja menos acentuada, verificando-se que as idades variam genericamente entre os 33 e os 64 anos.

⁷. Extraído de https://bdfaq.iefp.pt/index.php?solution_id=1801. Acesso a 14-08-2019.

A maior parte (42,1%) já exerce a sua profissão entre 21 e 30 anos e 31,5% há mais de 30 anos - embora neste caso sejam em número superior os docentes da ESAN – correspondendo a cerca de 26% os que lecionam entre 11 e 20 anos. São, portanto, professores experientes que já passaram (e continuam a passar) por várias alterações do sistema de ensino e que acompanham a tendência geral do país de envelhecimento desta classe profissional. Efetivamente, a idade média dos docentes do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário é de 49 anos (a nível nacional), possuindo a maior parte mais de 50 anos (45,1%) enquanto apenas 0,7% tem uma idade inferior a 30 anos (DGEEC, 2019).

Relativamente às habilitações académicas, 84,2% dos docentes de ambas as escolas possuem licenciatura, reduzindo-se a 10,5% e 5,2% respetivamente, os que são mestre e doutores, percentagens que somadas correspondem a igual valor (15,6%) a nível nacional (de acordo com a mesma fonte estatística).

Considerando o tipo de ensino, 47,3% lecionam exclusivamente no ER e cerca de 21% no EP ou em ambos, embora na ESPF seja superior o número de professores que dão aulas exclusivamente no EP.

Abordando agora o grau de concordância/discordância relativamente ao conjunto de afirmações expressas no quadro da questão 6 do nosso inquérito, o que desde logo se observa é que existem posturas distintas das duas escolas, verificando-se apenas similaridade em três das afirmações (Figura 23).

Começando por estas últimas, verifica-se que em ambas as escolas é semelhante a opinião relativa ao facto dos pais/encarregados de educação permitirem que os jovens escolham frequentar o ER ou optar pelo EP, mas não deixam de concordar (C) ou concordar totalmente (CT) que os docentes e serviços de orientação escolar devem aconselhar os alunos ‘a seguir a via de ensino mais adequada considerando as suas capacidades e expectativas de vida’, o que é confirmado pelos estudantes do EP (cf. Figura 19).

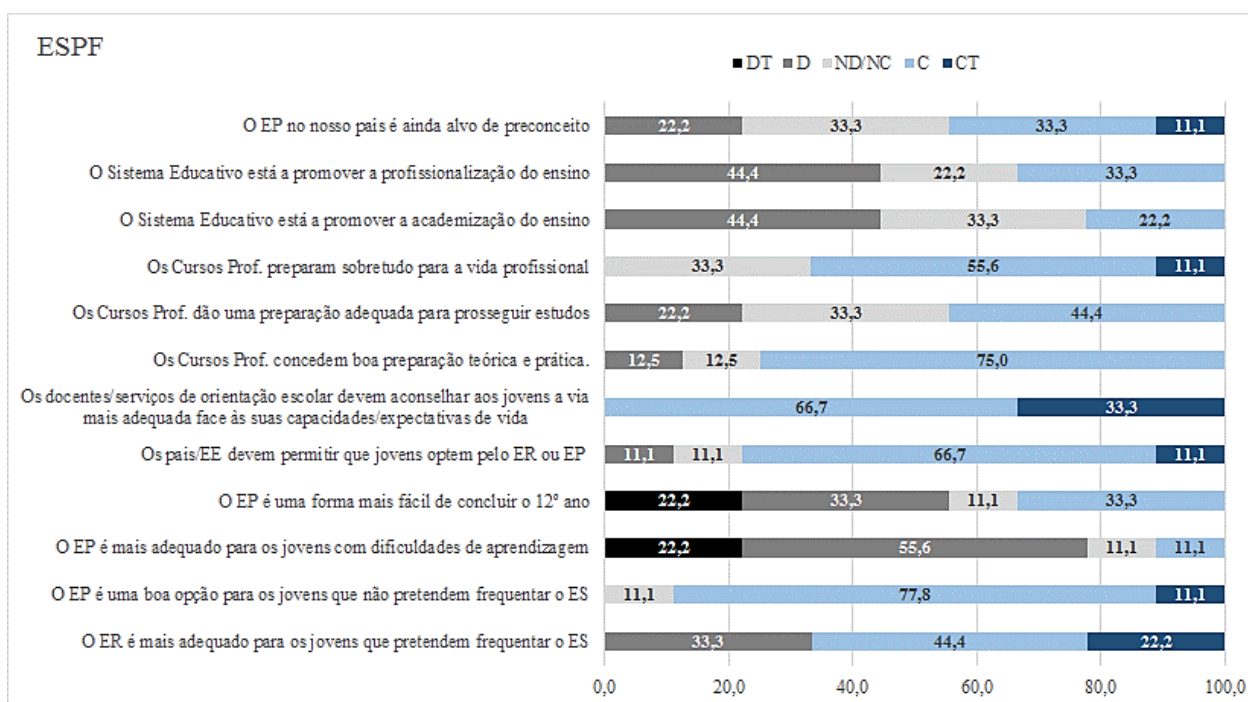
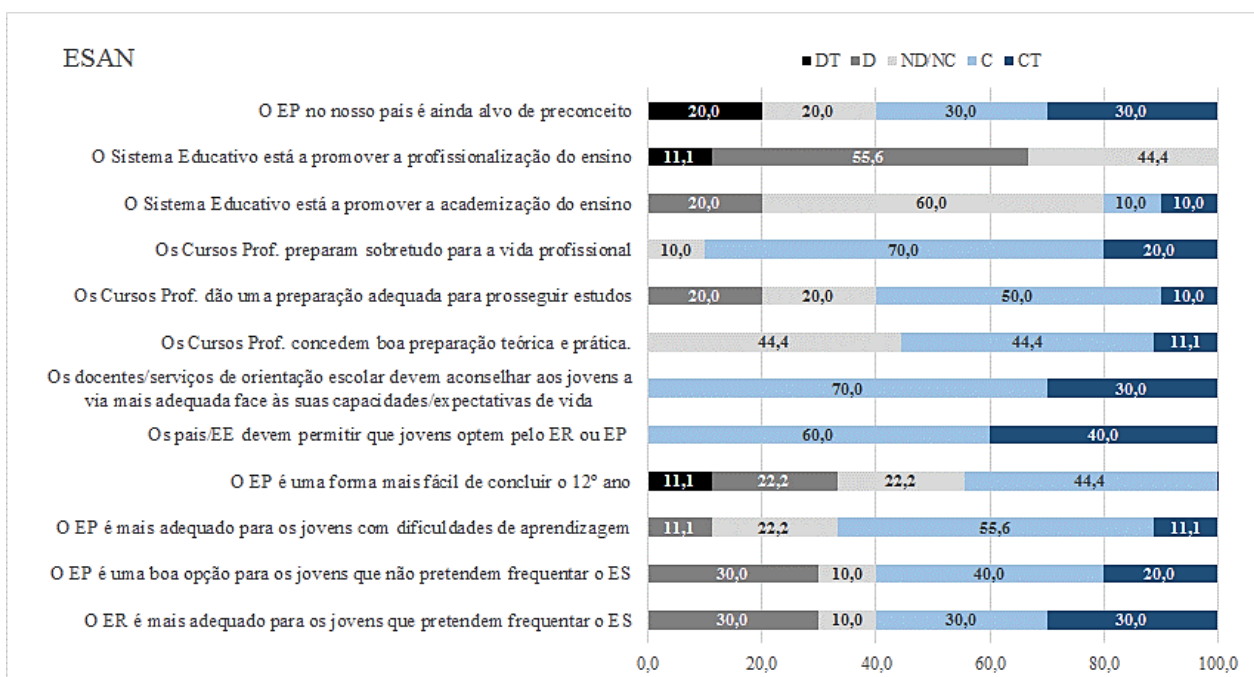


Figura 23 - Grau de concordância e discordância dos docentes da ESAN e ESPF relativamente às afirmações expressas na pergunta 6 do questionário.

Igualmente próxima é a ‘resposta’ à afirmação que considera ‘o Ensino Regular mais adequado para os jovens que pretendem frequentar o Ensino Superior’, concordando

ou concordando totalmente a maior parte dos professores - posição vai ao encontro da dos estudantes do ER (cf. Figura 23) - apesar de na ESPF o somatório de C e CT ser um pouco mais elevado (66,7%) e cerca de 30% discordem (D) igualmente nas duas escolas.

Talvez por isso 88.9% dos docentes da ESPF concordam ou concordam totalmente que ‘o EP é uma boa opção para os jovens que não pretendem frequentar o Ensino Superior’, percentagem que na ESAN se mantém em 60%, embora 30% dos professores discorde desta perspectiva. No entanto, nesta escola os professores consideram que este tipo de ensino ‘é mais adequado para os jovens com dificuldades de aprendizagem’ (66,7% C ou CT) e ‘uma forma mais fácil de fazer o 12º ano’ (55,5%) – talvez devido ao elevado número de retenções registadas -, discordando ou discordando totalmente da primeira afirmação 77,8% dos professores da ESPF e 55,6% da segunda. Ou seja, transparece a ideia de que na ESPF o EP é encarado como uma opção consciente e válida pelos seus objetivos e não pelo ‘estigma’ de ser escolhido pelos alunos que, não conseguindo obter com facilidade resultados escolares positivos, o frequentam para concluir a escolaridade obrigatória.

No entanto, na ESAN 60% dos docentes não deixa de C ou CT que os Cursos Profissionais dão uma preparação adequada aos jovens que pretendem prosseguir os estudos, fornecendo uma ‘boa preparação teórica e prática (55%), embora 90% considerem que estes cursos ‘preparam sobretudo para a vida profissional’. Na ESPF uma percentagem inferior de professores (44,4%) admite que o EP concede uma preparação adequada a quem pretende continuar os estudos - com 33,3% a não discordar (ND) ou concordar (NC) - e apesar de 75% reafirmar o facto de proporcionar aos alunos uma boa preparação teórica e prática (mais 20% relativamente aos docentes da ESAN), 66,7% (menos cerca de 23% face aos professores da ESAN) admitem que os cursos de EP estão mais orientados para a vida profissional, embora cerca de 33% tenham uma posição ‘indecisa’.

De qualquer modo, na ESPF 44% dos professores C ou CT que o ‘Ensino Profissional, no nosso país, é ainda alvo de preconceito’ - de que discordam 22% -, correspondendo a 33,3% os que não têm uma posição bem definida (não discordam – ND – nem concordam -NC). Já na ESAN uma maior percentagem de docentes (60%) C ou

CT com o ‘estigma’ do EP, enquanto 20% discordam totalmente e igual percentagem ND/NC.

Reservamos para comentar na pergunta final do questionário as afirmações 10 e 11, analisando agora as três últimas questões.

Na pergunta 7, inquiria-se os professores sobre se consideravam adequada, ao perfil dos alunos, a oferta dos Cursos de Formação Profissional nas suas escolas. Tanto na ESAN como na ESPF apenas cerca de 20% dos docentes responderam negativamente.

Na ESAN a justificação apresentada baseia-se na limitada oferta de Cursos Profissionais e por esses cursos (Gestão Desportiva e Apoio à Infância) não responderem ao perfil e expectativas dos discentes. Note-se que tal vai ao encontro da opinião dos alunos do ER, considerando que quase 70% ponderariam frequentar o EP se existisse um curso que fosse ao encontro das suas preferências – apesar de 57,8% considerarem os cursos disponíveis atrativos – não sendo de descurar os 16,2% de alunos do EP que salientam não frequentar o Curso Profissional que efetivamente desejavam, mas que gostavam da escola. Face a estas respostas estranha-se que seja tão baixa a percentagem de docentes que acham a oferta adequada, pelo que, na nossa opinião, se reafirma a necessidade da ESAN diversificar os seus Cursos de Formação Profissional.

No caso da ESPF, que tem nove Cursos Profissionais de nível 4⁸, os docentes que igualmente consideraram ‘inadequada’ a oferta da escola ao nível dos Cursos Profissionais salientaram que estes deveriam estar vocacionados para profissões mais práticas e ligadas às atividades da ‘região ou regiões vizinhas’, adaptando-se não só ao interesse dos alunos mas também à oferta do mercado de trabalho.

A questão seguinte (8), solicitava que os inquiridos se pronunciassem sobre os recursos humanos e materiais dos Cursos de Formação Profissional disponíveis na sua escola. Como no caso anterior, a percentagem de docentes que considerou serem necessários mais recursos foi similar: cerca de 30%. Na ESAN foram essencialmente focados a falta de computadores e *software* adequado a algumas práticas letivas, considerando que muitas vezes os existentes estão ‘degradados ou são obsoletos’. Na

⁸. A ESPF disponibiliza os cursos de Técnico Administrativo, Auxiliar de Saúde, Comercial, de Comunicação e Serviço Digital, de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, de Receção, de Vendas, de Multimédia e de Contabilidade.

ESPF, foi assinalada a falta de materiais específicos que potenciem as atividades práticas do EP, bem como o número restrito de técnicos especializados, designadamente psicólogos e professores com formação e experiência, no mercado de trabalho, nas diferentes áreas de especialização. Foi igualmente referida a limitada promoção de estágios - sendo importante melhorar a relação entre a escola e a sociedade civil - e a falta de meios económicos e logísticos para que as atividades possam ser exercidas de melhor forma.

A última questão, em que se perguntava se concordariam com uma política educativa de fomento do EP, considerando as características socioeconómicas do nosso país, teve várias respostas.

Os docentes da ESPF foram unânimes, respondendo afirmativamente. Mas referem que a todos os estudantes – independentemente de frequentarem o ER ou o EP – deve ser dada a oportunidade de prosseguir os seus estudos para o nível superior de ensino, ou entrar, logo após concluírem o 12º ano de escolaridade, no mercado de trabalho. Todos encaram o Ensino Profissional como um fator de enriquecimento socioeconómico a nível nacional, defendendo que deve ser mais valorizado, pois pode promover mudanças/modernização das estruturas de produção e fabrico nas empresas, dotando-as de mão de obra técnica competente. As opiniões expressas relativamente às afirmações 10 e 11 da questão 6 do nosso inquérito ilustram uma postura ‘realista’ face ao sistema de ensino, discordando 44,4% dos docentes da ESPF que esteja a ser promovida a ‘academização’ ou a ‘profissionalização’ do ensino, embora 33,3% concordem que se observa esta tendência relativamente à profissionalização, talvez indiciando alguma esperança relativamente ao futuro do EP de acordo com a sua posição unânime de fomento deste tipo de ensino.

Por outro lado, existem opiniões divergentes entre os docentes da ESAN. Alguns destes professores apoiam a continuidade do EP nas suas escolas e no sistema de ensino em Portugal pela falta de técnicos intermédios especializados, preenchendo uma importante lacuna no nosso país, outros que defendem o EP apesar de afirmarem que deve haver uma melhoria nos ajustes às necessidades, quer dos alunos quer da malha laboral, e ainda alguns docentes que olham para o EP como uma principal modalidade de ensino

importante e nunca como uma alternativa para os ditos “maus alunos” em relação ao ER.

Por fim, foi testemunhado no questionário realizado que o EP não é solução para o sistema educativo português, sendo este pouco qualificado e apenas utilizado para albergar alunos com baixas expectativas académicas, apesar do EP permitir aos discentes uma maior qualificação superior (nível IV) ao invés do ER (nível III).

Conclusão

Este relatório de estágio reflete o trabalho realizado no “background” do dia-a-dia das aulas, dos trabalhos, da faculdade. Foi importante, não só de uma maneira pessoal pelo gosto em realizar este estudo mas também importante para repensar o Ensino Secundário Profissional quer na Escola Secundária António Nobre quer a nível nacional e refletir nas diferentes possibilidades de cursos que estão disponíveis para os alunos atendendo aos seus interesses, aos recursos humanos e materiais de cada escola, do meio onde vivem, entre outros fatores decisivos.

Para que todos os discentes que escolham esta modalidade de ensino tenham um futuro estável a todos os níveis é importante que o investimento e a preocupação em alterar as realidades/mentalidades no nosso país não se dissipem.

Apoiando-nos no estudo elaborado, é imperativo olhar para o Ensino Profissional como uma opção para além do Ensino Regular e nunca como uma segunda hipótese/oportunidade para alunos marginalizados por condições desfavoráveis em termos sociais ou financeiros, aumentando assim a probabilidade de poderem ascender socialmente através das suas capacidades individuais.

Pensando na possibilidade de prosseguimento de estudos por parte destes alunos, encaramos positivamente o desenvolvimento futuro do Ensino Profissional, dando assim a possibilidade de escolha entre ingressar no mercado de trabalho com todas as lições e conhecimentos apreendidos ao longo do curso, mas também para uma eventual entrada no Ensino Superior.

De uma forma sucinta e avaliando a análise dos resultados, podemos retirar algumas conclusões.

De acordo com as opiniões dos alunos do EP, as suas retenções justificam-se, principalmente, pela dificuldade nos conteúdos programáticos: cerca de 67% concordaram ou concordaram totalmente com esta afirmação, seguindo-se o facto de não

gostarem da escola, considerada por 26,3% dos estudantes agregando o C e CT. Cerca de 16% salientam que 'achavam não ser importante estudar'. É notório que alguns alunos mostram desinteresse pelas matérias e pela escola, o que, associado ao 'não achar importante estudar', pode relacionar-se com o contexto sociocultural e familiar em que se enquadram.

Analisando também os motivos que justificam a escolha pelo EP, destacam-se o 'gosto pela área profissional' e a aquisição de melhores bases para ingressar no mundo laboral. Estas escolhas baseiam-se, recorrendo às respostas do questionário, no facto de ser uma 'formação de carácter mais prático' que permite 'arranjar emprego com mais facilidade', apesar de também admitirem que é uma forma mais 'fácil' de concluírem a escolaridade obrigatória. Entre as opções menos assinaladas, destaca-se, positivamente, admitirem a possibilidade de ingressar no Ensino Superior após a conclusão do 12º ano de escolaridade. Sabendo que a opção pelo EP está principalmente ligada ao facto de os amigos aconselharem a sua frequência, podemos também destacar o papel dos Encarregados de Educação, dos docentes e dos psicólogos nesta escolha. Assim, na sequência desta questão, perguntámos aos alunos se o curso frequentado era a sua primeira escolha. A maioria (83,8%) respondeu afirmativamente e, de uma maneira geral, estão satisfeitos com o curso que frequentam - 55,4% estão satisfeitos e 17,6% muito satisfeitos.

Avaliando alguns aspetos ligados ao curso que frequentam, 10 desses aspetos foram avaliados pelos alunos como bons ou muito bons. No que diz respeito aos pontos menos positivos, destacam sobretudo a insuficiência do número de aulas práticas e a falta de interesse em relação a alguns conteúdos abordados nas aulas, mas também referem os espaços/equipamentos disponíveis e a utilização de tecnologias.

Tentando perceber que 'avaliação' fazem sobre a importância da Formação em Contexto de Trabalho (estágio), mesmo antes de o terem feito, cerca de 96% dos alunos consideram que é importante ou muito importante.

No que diz respeito a soluções/ propostas para melhorar alguns aspetos intrínsecos ao curso frequentado, as respostas não variam muito em relação ao acima assinalado como menos positivo, mais concretamente a importância de terem mais aulas práticas

bem como uma menor e melhor distribuída carga horária letiva.

Por fim, analisando as perspetivas futuras após conclusão do EP, a maior parte pretende encontrar um emprego na área de formação (40,5%), sendo também significativa a percentagem de alunos que tencionam continuar os seus estudos (47,3%), dos quais 29,7% pretendem trabalhar em simultâneo e 17,6% estudar a tempo inteiro. E este facto parece-nos uma das importantes ‘conclusões’ deste relatório.

A informação expressa leva-nos a atribuir uma considerável importância ao EP. A sua grande vantagem prende-se com a dupla certificação que confere: por um lado os alunos completam os 12 anos de escolaridade obrigatória e ficam certificados profissionalmente; caso seja do seu interesse, podem ingressar no Ensino Superior. Em teoria, são assim mais capazes de exercer uma profissão após completarem o 12º ano, comparativamente com os alunos do Ensino Regular. E as profissões que pretendem exercer futuramente vão, naturalmente, ao encontro das formações que frequentam.

Abordando agora o que considerámos de maior importância no que concerne ao Ensino Regular, percebemos que a maior parte destes estudantes pretende, futuramente, ingressar no Ensino Superior Universitário. No entanto, 26,5% salienta que pensa trabalhar a tempo parcial e quase 9% respondeu que pretende mesmo interromper os estudos e começar a trabalhar. Recorde-se que também 29,7% dos alunos do EP pretendem ingressar no Ensino Superior e trabalhar em simultâneo, enquanto quase 18% ponderam frequentar o Ensino Superior a tempo inteiro.

Os motivos que levaram os atuais alunos do Ensino Regular a frequentar esta via educacional quando concluíram o Ensino Básico, são essencialmente: o desconhecimento de que o EP permite aos alunos frequentar posteriormente o Ensino Superior; a existência de um certo estigma em relação a esta modalidade de ensino, considerando ser mais adequado o ER em detrimento do EP. Mas o que causa alguma ‘estranheza’, é o facto de uma parte destes alunos (17%) considerarem que o ER lhes permite encontrar um emprego com maior facilidade quando terminarem o seu percurso no Ensino Secundário.

Em seguimento das respostas acima referidas, é importante salientar que cerca de 83% dos alunos inquiridos conhecem a oferta dos Cursos de Formação Profissional e, na

sua maioria (57.8%) consideram a oferta atrativa. Em oposição, 42,2% discordaram dos restantes colegas.

Por fim, verificamos que 68,4% destes estudantes ponderariam optar pelo EP caso existisse algum curso que lhes agradasse, o que sugere a necessidade da ESAN aumentar a oferta de Cursos Profissionais. Na verdade, percebemos que apesar destes alunos estarem informados quanto à oferta dos cursos do EP e de até poderem optar por algum, não concordam com a oferta da sua escola e consideram que o ER é mais interessante tendo em conta o possível prosseguimento de estudos.

Analisando duas das variáveis de estudo do EP e do ER, é importante considerar a escolaridade dos pais/ EE e as retenções dos alunos nos dois cursos. Assim, percebemos que a maior parte dos EE dos alunos do EP tem 12 anos de escolaridade completos, mas as mães possuem frequentemente apenas o 1º e 2º ciclo concluídos. Apesar disso, cerca de 5,6% dos EE são licenciados, enquanto que no caso dos alunos do ER a percentagem aumenta para 20,6%. No que diz respeito às retenções em ambos os cursos, denotamos que no EP é bem mais elevada que no ER: 79,7% e 56%, respetivamente, sobretudo no 10º ano de escolaridade.

Abordando os resultados do questionário realizados aos docentes, é importante ressaltar a semelhança de opiniões dos professores de ambas as escolas (ESAN e ESPF), concordando que os pais/EE devem aceitar as escolhas académicas dos seus filhos/educandos, quer estes optem pelo ER, quer pelo EP. No entanto, também consideram que os professores e psicólogos devem encaminhar/sugerir aos seus alunos o percurso académico mais adequado à realidade e aos interesses e capacidades dos mesmos. No mesmo sentido, assinalando outra semelhança entre as respostas dos docentes de ambas as escolas, é importante referir que consideram mais adequado o ER para os alunos que pretendem prosseguir para o Ensino Superior, embora 30% discordem da afirmação referida, em ambas as escolas. Mas cerca de 89% dos docentes da ESPF concordam ou concordam totalmente com a frase ‘O EP é uma boa opção para os jovens que não pretendem frequentar o Ensino Superior’. Em contrapartida, a percentagem de docentes que concordam com a frase acima transcrita desce para os 60% na ESAN, apesar de considerarem o EP mais adequado para alunos com maiores dificuldades na

aprendizagem e olharem para esta modalidade de ensino como uma forma mais fácil de completar a escolaridade obrigatória. Perante as opiniões acima referidas, é necessário contrapor as duas opiniões referidas com a realidade da ESPF. Assim, as opiniões são mais ‘favoráveis’ ao EP, com os docentes da ESPF a discordarem em cerca de 78% relativamente à primeira opinião e cerca de 56% relativamente à segunda.

Outro aspeto fundamental da análise é o facto da maior parte dos professores da ESAN considerarem que os Cursos Profissionais preparam de uma boa forma os seus alunos com vista à entrada no Ensino Superior e reconhecem neste tipo de ensino uma boa preparação quer teórica quer prática, apesar de 90% destes considerarem que o EP prepara sobretudo os seus alunos para a vida profissional. Por outro lado, na sua maioria, os docentes da ESPF consideram que o EP não prepara de uma forma eficaz os alunos que pretendem continuar a estudar, apesar de 75% ter a opinião que o EP prepara bem os seus discentes, quer no plano teórico quer no plano prático e cerca de 67% achar que os Cursos Profissionais estão mais orientados para a aprendizagem de uma determinada profissão.

Analisando a perspetiva dos docentes quanto a um possível estigma em relação ao EP em Portugal, na ESPF 44% dos professores concorda ou concorda totalmente que este estigma realmente existe, o que implica que o EP seja mal visto pela sociedade e, por conseguinte, o número de alunos que o frequenta não seja mais elevado. Na ESAN 60% dos docentes considera que o EP é alvo de estigma no nosso país, com os restantes 40% a discordarem totalmente ou a terem uma opinião imparcial, em igual percentagem.

Questionados sobre se consideravam a oferta dos Cursos Profissionais adequada à escola e aos seus alunos, 80% dos docentes de ambas as escolas responderam afirmativamente. Se na ESAN a justificação dos que responderam negativamente era a limitada oferta de cursos e a não resposta destes ao perfil e expectativas dos seus alunos, na ESPF justificava-se com o facto dos cursos não se adaptarem à realidade do tecido industrial e laboral do concelho de Paços de Ferreira (nem dos que com ele fazem fronteira), além de considerarem os Cursos Profissionais já existentes muito pouco práticos. Em seguimento, também foi inquirido aos docentes de ambas as escolas em relação à problemática dos recursos humanos e materiais relacionados com os Cursos de

Formação Profissional. As opiniões não foram distintas, mas centraram-se em aspetos diversificados: cerca de 30% dos professores da ESAN ditaram a necessidade de computadores e *software* e, quando estes existem, disponibilizar materiais mais atualizados e em melhores condições; na ESPF foi assinalado como principal foco a falta de materiais mais específicos e o reduzido número de psicólogos, técnicos especializados e professores capazes de orientar melhor os seus discentes para o mercado de trabalho. De igual forma, no âmbito da promoção dos estágios, os docentes de ambas as escolas pronunciaram-se alertando que é estritamente necessário implementar a relação entre a escola e a sociedade civil, assim como melhorar os meios logísticos e económicos para que as atividades letivas e não letivas sejam executadas de melhor forma.

Na última questão, em que era perguntado se os docentes estavam de acordo com novas políticas de apoio e desenvolvimento do EP, as opiniões não foram unânimes. Assim, os professores da ESPF têm consciência que é imperativo implementar novas políticas de fomento do EP apesar de serem apologistas de que todos os alunos, sejam eles do ER ou do EP, tenham a possibilidade de escolher entre continuar os seus estudos no Ensino Superior ou ingressar logo no mercado de trabalho. De forma contrária, os docentes da ESAN dividiram-se nas suas opiniões: se é verdade que alguns professores acreditam que o EP possa ser importante num contexto laboral e económico português, também é verdade que outros não acreditam e olham para o EP como apenas uma solução mais fácil de completar o 12º ano.

Os docentes da ESPF encaram o EP como fator de valorização económica e social do país, afirmando que este deve ser mais valorizado e apoiado pois pode ser uma importante ajuda no que diz respeito à renovação da mão de obra das empresas. Assim, de uma forma unânime, acreditam num possível impulso do EP indiciando alguma esperança na sua remodelação e valorização a nível social.

De forma contrária, os docentes da ESAN têm opiniões bastante distintas. Uma parte acredita na importância do EP no sistema educativo em Portugal muito pela necessidade de qualificação de técnicos especializados em falta no nosso país, enquanto outros tantos olham com bons olhos para o EP considerando-o uma importante modalidade de ensino e não como um ‘escape’ para obter melhor classificações

académicas; outros ainda afirmam que o EP não é uma solução no que ao ensino em Portugal diz respeito, justificando com a pouca qualificação e abertura apenas a alunos com baixos resultados académicos, apesar do facto do EP qualificar e habilitar alunos com o nível IV ao contrário do que acontece com o ER.

Face aos resultados expressos, é possível afirmar que o EP na ESPF é considerado pelos docentes como uma opção válida e não visto como um estigma, não concordando que esteja vocacionado para alunos com piores resultados académicos ou baixas expectativas no que à escola diz respeito, nem uma solução para, de uma forma mais simples, cumprir os 12 anos da escolaridade obrigatória.

E é assim que, na nossa opinião, deve ser visto o EP. Só assim é possível respeitar as expectativas dos alunos e a escolha do seu projeto de vida... a liberdade de escolha, sem preconceitos, é um direito de todos. Mas, como refere Azevedo (2018, p.131)

(...) trinta anos depois, temos de dar um outro salto qualitativo no ensino profissional, começando por apoiar muitos esforços e dinâmicas inovadoras que já existem nas escolas profissionais e nas escolas secundárias; temos de sonhar um novo ensino profissional que seja desejado pelos jovens, amado pelos professores, apoiado pelos pais e acarinhado pelas comunidades locais e empresas.

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2014) – *O ensino profissional enquanto afirmação de uma política educativa de sucesso*. Relatório Reflexivo e Teoricamente Fundamentado apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação, Especialização em Administração e Organização Escolar.
- Abreu, D. (2016) - *A relação escola-família como potenciadora do sucesso educativo*. Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti para obtenção de grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Alho, A. (2005) - A reforma do ensino profissional do pós-guerra: da mudança necessária à mudança possível. *Formar*, nº 52, pp. 14-19. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4832>. Acesso a 22-04-2019.
- Alpiarça, J. C. (1984). Sistema educativo e preparação para o mercado de trabalho. *Economia e Socialismo*, Lisboa, 63, pp. 33-44.
- Alves, M. (2005) - Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, mestres e doutores. *INTERACÇÕES*, nº 1, pp. 179-201.
- Azevedo, J. (2007) - Diversificação, equidade e qualidade no ensino secundário na União Europeia. *Comunicação ao Seminário IPE-UNESCO sobre Diversidad cultural, desigualdad social y estrategias de política educativa*, Buenos Aires. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3079/1/Diversifica%C3%A7%C3%A3o,%20Equidade.pdf>.
- Azevedo, J (2009). Escolas Profissionais 1989-2009: As Oportunidades e os Riscos de uma Inovação Educacional que Viajou da Margem para o Centro. *O Ensino Profissional. Analisar o Passado e Olhar o Futuro*. Universidade Católica Portuguesa. Porto, pp.13-49.

- (2014) - *Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas*. Disponível em http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Escolas_profissionais_Livro_V_Final.pdf.
- (2018). Relançar o ensino profissional, trinta anos depois. *ELO 25*, Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, pp. 125-141.
- Balancho, L. (2005) – *O papel do pai na educação dos filhos: do erro da ciência à mudança das práticas*. Disponível em:
<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/VIIIcongreso/pdfs/339.pdf>
- Campos, B. P. (1976) - *Educação sem selecção social: análise crítica da orientação e avaliação contínuas*. Livros Horizonte
- Cardim, J. (1999) - *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional.
- Carvalho, R. (2008) – *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coimbra, J. L., Parada, F.; Imaginário, L. (2001). *Formação ao longo da vida e gestão da carreira*. Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional. Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- Costa, C. (2013) - *Sucesso escolar no ensino secundário. Autorregulação e performances de aprendizagem em busca do sucesso*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação, especialização em Psicologia da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, J. (2004) - Bolseiros de Investigação: Problemas e Perspectivas. *Simposio da Federação Mundial de Trabalhadores Científicos*, 7p.
- Grácio, S. (1982). Escolarização e modos de integração na formação social portuguesa (1950-1978). *Análise Psicológica*, 4(11), pp. 473-496.

- Lopes, S. (2013) - *O desemprego de indivíduos com formação superior: a emigração como uma possível solução*. Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Martinho, A. (2006) - A criação do ensino industrial em Portugal. *MÁTHESIS*, 15, pp. 53-81
- Martins, E.; Martins, S. (2015). Ensino profissional português: constrangimentos historiográficos e pressupostos de relevância no contexto europeu. *Revista de Ciências da Educação*, (32), pp. 43-69.
- Martins, E.; Martins, S. (2016) – A visão do ensino técnico-profissional português : evolução histórica das medidas e rupturas. / The vision of portuguese technical-vocational education : historical evolution of measures and ruptures. *Boletim Técnico do Senac*. Vol. 42, nº 2 (maio/agosto), pp. 6-31.
- Martins, J. (2016) - *Emigração qualificada portuguesa (2006-2015): Contexto, motivações e expectativas*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Escola de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Universitário de Lisboa
- Oliveira, S. A. (2019). Perspetivas sobre os caminhos do (In) Sucesso Escolar. Dissertação de Mestrado em Ensino de Geografia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Orvalho, L., Alves, J. M., Azevedo, J. (Coord) (2019) - *30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro*. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia.
- Pinto, A. (2011) – *O (in) sucesso escolar dos alunos do ensino profissional*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Educação pela Universidade Lusófona.
- Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychology: Psychological discourse and the status quo*. New York, NY: State University of New York Press.
- Rodrigues, A.; Matos, J, (2017) - O ensino comercial em Portugal. *HISTEMAT – Revista de História da Educação Matemática* - Sociedade Brasileira de História da Matemática. Ano 3, nº. 3, pp.2-16.

- Serrão, V. (2018) - *O Ensino durante o Estado Novo em Portugal: O papel do professor*.
Mestrado em Ensino da História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Universidade de Lisboa.
- Silva, A. (2001) - *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescente perspectiva de prevenção em saúde mental na adolescência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta.
- Sousa, M.; Pereira, M. (2014) - A percepção de encarregados de educação e de professores sobre a relação escola-família nas escolas dos 2º e 3º ciclos de um Concelho da região centro de Portugal. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, pp. 321-344.

Legislação

Decreto de 30 de dezembro de 1852.

Decreto 5029 de 5 de dezembro de 1918

Decreto-Lei 2025

Decreto-Lei 47480

Decreto-lei nº 74/2004 de 26 de março

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho

Diário da República, 1.ª série — N.º 82 — 28 de abril de 2011

Portaria n.º 176/2011 de 28 de abril

Portaria, nº 1283/2006 de 21 de novembro

Portaria n.º 235-A/2018 de 23 de agosto

Anexos

Anexo 2 – Decreto 5029 de 5 de dezembro de 1918

Extraído e adaptado do Diário da República Eletrónico - <https://dre.pt/pesquisa/-/search/183179/details/maximized>

Quinta-feira 5 de Dezembro de 1918

I Série — Número 263



DIÁRIO DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Decreto n.º 5:029

Organização do ensino industrial e comercial

CAPÍTULO VII Dos institutos industriais

SECÇÃO I

Disposições gerais relativas aos institutos industriais

Art. 77.º Os institutos industriais serão destinados a formar auxiliares de engenheiros, chefes de indústria e condutores de trabalhos.

Art. 78.º Nos institutos industriais deverão professar-se os seguintes cursos:

- a) O curso geral;
- b) Cursos especializados:
 - 1) Curso de construção civil e obras públicas;
 - 2) Curso de minas;
 - 3) Curso de máquinas;
 - 4) Curso de electrotecnicia;
 - 5) Curso de indústrias químicas.

§ único. Quando as necessidades industriais do país o exigirem, poderá o Governo criar novos cursos especializados.

Art. 79.º O curso geral terá a duração de dois anos e constituirá habilitação indispensável para matrícula nos cursos especializados

CAPÍTULO VIII Dos institutos superiores de comércio

SECÇÃO I

Art. 236.º Os institutos superiores de comércio têm por fim ministrar aos seus alunos uma instrução desenvolvida e adaptada às necessidades económicas e comerciais do país.

Art. 237.º O ensino ministrado nos institutos compreende os seguintes cursos superiores:

- a) Curso superior aduaneiro;
- b) Curso superior de finanças;
- c) Curso superior consular;
- d) Curso superior de comércio.

CAPÍTULO VIII Do ensino industrial superior

SECÇÃO I

Disposições gerais relativas ao ensino industrial superior

Art. 100.º O ensino industrial superior é ministrado no Instituto Superior Técnico, estabelecimento de ensino superior destinado a ministrar o ensino da engenharia adaptada às necessidades da técnica e da indústria nacionais e que compreenderá os seguintes cursos:

- a) Curso geral em três anos;
- b) Cursos especiais em três anos de:
 - 1) Engenharia de minas;
 - 2) Engenharia civil;
 - 3) Engenharia mecânica;
 - 4) Engenharia electrotécnica;
 - 5) Engenharia químico-industrial.

Art. 101.º O ensino será teórico, experimental e profissional.

Art. 281.º As escolas do ensino elementar industrial existentes actualmente passarão a ser classificadas nas seguintes categorias:

- a) Escolas do artes e officios:
 - Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha.
 - Escola do Gondomar.
 - Vitorino Damásio, do Lagos.
 - Josefa do Óbidos, do Ponche.
 - Velho Cabral, do Ponta Delgada.
 - Jácomo Ratton, do Tomar.
 - Médico Sousa, do Viana do Alentejo.
 - Passos Manuel, do Vila Nova do Gaia.
 - Campos Molo, da Covilhã.
 - Fradesso da Silveira, do Portalegre.
 - Fernando Caldeira, do Avoiro.
 - Bartolomeu dos Mártires, do Braga.
 - Pedro Nunes, do Faro.
 - Bernardino Machado, da Figueira da Foz.
 - Domingos Sequeira, do Leiria.
 - Gil Vicente, do Setúbal.
 - Nuno Álvaro, do Viana do Castelo.
 - Emídio Navarro, do Visou.
 - José Júlio Rodrigues, do Vila Real.

- b) Industriais:
 - António Augusto do Aguiar, do Funchal.
 - Francisco de Holanda, do Guimarães.
 - Afonso Domingos, do Lisboa.
 - Machado do Castro, do Lisboa.
 - Marquês de Pombal, do Lisboa.
 - Professor Bonóvidos, do Lisboa.
 - Faria Guimarães, do Porto.
 - Infante D. Henrique, do Porto.
 - Brotoro, do Coimbra.

- c) Preparatórias:
 - Rodrigues Sampaio, do Lisboa.
 - Escola Preparatória, do Porto.

Anexo 3 – Questionário aplicado aos alunos do EP.



ANTÓNIO NOBRE
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS



Faculdade de Letras
Universidade do Porto

ACRESCENTAR

Escola Secundária António Nobre

QUESTIONÁRIO – Estudantes do Ensino Profissional

Este questionário enquadra-se no Relatório de Estágio que será apresentado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu objetivo é conhecer a perspetiva dos alunos sobre o Ensino Profissional. As respostas são anónimas e confidenciais. Agradece-se a colaboração prestada.

IDENTIFICAÇÃO

Idade: _____ Ano de Escolaridade: _____

Sexo: Feminino Masculino

Curso Profissional frequentado: _____

Encarregado Educação: Mãe Pai Outro _____

Grau de escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Profissional	Ensino Superior	Não sabe
Pai							
Mãe							

PERCURSO ESCOLAR

1. Onde concluíste o 9º ano? _____

2. Já reprovaste alguma vez? Sim Não

3. Em caso afirmativo, indica o número de vezes e o(s) ano (s) em tal aconteceu, preenchendo os quadros seguintes (2.1. e 2.2.). Se respondeste não passa para a questão 4.

Quadro 2.1. Ano de escolaridade e número de reprovações

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Nº vezes												

Quadro 2.2. Escolhe a opção que, na tua opinião, justifica a(s) tua(s) reprovação(ões)

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Não gostava da escola					
2. Não gostava dos professores					
3. Algumas matérias eram difíceis					
4. Faltava muito às aulas					
5. Achava que não era importante estudar					
6. Não tinha condições em casa para estudar					
7. Tinha problemas familiares					
8. Tinha dificuldades económicas					
9. Tive problemas de saúde					
10. Não tinha amigos na escola					
11. Era indisciplinado					
12. A avaliação foi injusta					

ESCOLHAS E EXPECTATIVAS ESCOLARES

4. Como tiveste conhecimento da existência dos cursos de ensino profissional?

Pais/familiares	
Amigos	
Ações de divulgação na Escola	
Professor/psicólogo	
Internet	

5. Expressa o teu grau de concordância/discordância, relativamente às afirmações que podem justificar a tua opção pelo ensino profissional:

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Os meus pais/encarregado de educação aconselharam-me esta opção.					
2. Fui aconselhado pelos serviços de orientação escolar (psicólogo, professor).					
3. É uma forma mais fácil de concluir o 12º ano					
4. Não pretendo frequentar o ensino superior					
5. Gosto pela área profissional					
6. É uma formação de carácter mais prático.					
7. Arranjo emprego com mais facilidade					
8. Fico mais bem preparado para ingressar no mundo do trabalho					
9. Permite-me ajudar, em termos económicos, a minha família					
10. Outra. Qual?					

6. O curso profissional que estás a frequentar é a tua primeira escolha?

Sim Não

Se respondestes negativamente, assinala no quadro seguinte o principal motivo e refere o curso que gostarias efetivamente de frequentar.

1. Queria estudar nesta escola independentemente do curso	
2. O curso que eu queria não existia nesta escola	
3. Já não existiam vagas para o curso que preferia	
4. O curso que eu mais gostava tinha disciplinas em que sinto mais dificuldades	

Curso que gostaria de frequentar: _____

7. Quando optaste pelo atual curso, tinhas conhecimento das profissões a que ele dá acesso?

Conhecia bem Conhecia mal Desconhecia

NÍVEIS DE SATISFAÇÃO

8. Como classificas as tuas expectativas quando entraste para o curso profissional?

NÃO TINHA	BAIXAS	POUCO ELEVADAS	ELEVADAS	MUITO ELEVADAS

9. Como avalias o teu grau de satisfação do curso face às tuas expectativas iniciais?

MUITO INSATISFEITO	INSATISFEITO	NEM INSATISFEITO/NEM SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO

10. Avalia o curso que estás a frequentar, tendo em conta os seguintes aspetos:

	INSUFICIENTE	SUFICIENTE	BOM	MUITO BOM
1. Conhecimentos teóricos obtidos				
2. Conhecimentos práticos obtidos				
3. Preparação para a vida profissional				
4. Preparação para prosseguir estudos				
5. Interesse dos conteúdos abordados				
6. Utilização de tecnologias e materiais				
7. Conhecimentos de cultura geral				
8. Aproveitamento nos módulos				
9. Espaços/equipamentos para as aulas				
10. Número de horas de aulas práticas				
11. Relação com os professores				
12. Relação com os colegas				

11. Qual a importância que atribuis ao estágio?

Nada importante Pouco importante Importante Muito importante

12. O que deveria ser melhorado no curso que frequentas?

PROJETOS FUTUROS

13. Quando terminares o teu curso profissional que tencionas fazer?
(assinala apenas uma opção).

Ingressar no ensino superior como estudante a tempo inteiro	<input type="checkbox"/>
Ingressar no ensino superior e trabalhar em simultâneo	<input type="checkbox"/>
Complementar a minha formação, ingressando numa Escola/Centro de Formação Profissional	<input type="checkbox"/>
Fazer outra formação profissional numa área diferente	<input type="checkbox"/>
Arranjar um emprego na área de formação	<input type="checkbox"/>
Arranjar um emprego noutra área diferente da do curso que frequenta	<input type="checkbox"/>

14. Que profissão gostarias de exercer no futuro?

Terminaste o questionário. Obrigada pela colaboração!

Anexo 4 – Questionário aplicado aos alunos do ER



ANTÓNIO NOBRE
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS



Escola Secundária António Nobre

QUESTIONÁRIO – Estudantes do Ensino Regular (11^º)

Este questionário enquadra-se no Relatório de Estágio que será apresentado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3^º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu objetivo é conhecer a perspetiva dos alunos sobre o Ensino Profissional. As respostas são anónimas e confidenciais. Agradece-se a colaboração prestada.

IDENTIFICAÇÃO

Idade: _____ Ano de Escolaridade: _____

Sexo: Feminino Masculino

Encarregado Educação: Mãe Pai Outro _____

Grau de escolaridade	1 ^º Ciclo	2 ^º Ciclo	3 ^º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Profissional	Ensino Superior	Não sabe
Pai							
Mãe							

PERCURSO ESCOLAR

1. Já reprovaste alguma vez? Sim Não

2. Em caso afirmativo, indica o número de vezes e o(s) ano (s) em tal aconteceu, preenchendo os quadros seguintes (2.1. e 2.2.). Se respondeste não passa para a questão 3.

Quadro 2.1. Ano de escolaridade e número de reprovações

Ano	1 ^º	2 ^º	3 ^º	4 ^º	5 ^º	6 ^º	7 ^º	8 ^º	9 ^º	10 ^º
N ^º vezes										

Quadro 2.2. Escolhe a opção que, na tua opinião, justifica a(s) tua(s) reprovado(ões)

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Não gostava de andar na escola					
2. Não gostava dos professores					
3. Algumas matérias eram difíceis					

4. Faltava muito às aulas					
5. Achava que não era importante estudar					
6. Não tinha condições em casa para estudar					
7. Tinha problemas familiares					
8. Tinha dificuldades económicas					
9. Tive problemas de saúde					
10. Não tinha amigos na escola					
11. Era indisciplinado					
12. A avaliação foi injusta					

ESCOLHAS E EXPECTATIVAS ESCOLARES

3. Das seguintes afirmações, assinala aquelas que correspondem a decisões que pretendes assumir no final do próximo ano letivo:

1. Vou permanecer no ensino regular	
2. Vou optar pelo ensino profissional	
3. Vou continuar a estudar mas pretendo começar a trabalhar a meio tempo	
4. Vou interromper os estudos e começar a trabalhar	

Se escolheste a opção 1 (ensino regular), responde às questões do grupo 4.

Se escolheste a opção 2 (ensino profissional) avança para as questões do grupo 5.

4. Ensino Regular

4.1. Assinala as afirmações que melhor traduzem as bases da tua decisão.

1. Foram os meus pais/encarregado de educação que me aconselharam esta opção	
2. Considero que o ensino regular é o mais adequado para mim porque pretendo frequentar o ensino superior	
3. Concluir o 12º ano do ensino regular permite-me arranjar trabalho mais facilmente	
4. Se decidir parar de estudar no 12º ano do ensino regular, mais tarde poderei candidatar-me ao curso do ensino superior da área que frequentei	

4.2. Conheces os cursos de formação profissional disponíveis na tua escola?

Sim Não

4.3. Se respondeste afirmativamente, consideras que a oferta de formação profissional é atractiva?

Sim Não Parcialmente

4.4. Se existisse algum curso de formação profissional que considerasses ir ao encontro das tuas preferências, ponderarias optar por esta via de ensino?

Sim Não Talvez

Por favor justifica a tua resposta

5. Ensino Profissional

5.1. Assinala as afirmações que melhor traduzem as bases da tua decisão.

1. Foram os meus pais/encarregado de educação que me aconselharam esta opção	
2. Considero que o ensino profissional é o mais adequado para mim, porque as matérias são mais fáceis.	
3. Considero que o ensino profissional é o mais adequado para mim porque não pretendo frequentar o ensino superior	
4. Concluir o ensino profissional permite-me arranjar trabalho mais facilmente	
5. Concluir o ensino profissional permite que possa ajudar, em termos económicos, a minha família.	

5.2. Conheces a oferta de cursos de formação profissional disponíveis nas escolas da cidade do Porto?

Sim Não Parcialmente

5.3. Consideras que os cursos de formação profissional disponíveis na tua escola são atractivos?

Sim Não Parcialmente

5.4. Gostarias que a tua escola disponibilizasse mais cursos de formação profissional?

Sim Não

Terminaste o questionário. Obrigada pela colaboração!

Anexo 5 – Questionário aplicado aos docentes



ANTÓNIO NOBRE
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS



Faculdade de Letras
Universidade do Porto

Escola Secundária António Nobre

QUESTIONÁRIO – DOCENTES

Este questionário enquadra-se no Relatório de Estágio que será apresentado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu objetivo é conhecer a perspetiva dos professores sobre o Ensino Profissional. As respostas são anónimas e confidenciais. Agradece-se a colaboração prestada.

1. Idade: _____ 2. Sexo: Feminino Masculino

3. Formação académica

Licenciatura	
Pós-graduação/Especialização	
Mestrado	
Doutoramento	
Outro tipo de formação	

Especifique: _____

4. Tempo de Serviço Docente (anos)

< 5	5 - 10	11 - 20	21 - 30	> 30

5. É professor no: Ensino Regular Ensino Profissional Em ambos

6. Expresse o seu grau de concordância/discordância relativamente às seguintes afirmações:

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. O ensino regular é mais adequado para os jovens que pretendem frequentar o ensino superior.					
2. O ensino profissional é uma boa opção para os jovens que não pretendem frequentar o ensino superior.					
3. O ensino profissional é mais adequado para os jovens com dificuldades de aprendizagem					
4. O ensino profissional é uma forma mais fácil de fazer o 12º ano					
5. Os pais/encarregados de educação devem permitir aos jovens escolher se pretendem permanecer no ensino regular ou optar pelo ensino profissional					
6. Os docentes e os serviços de orientação escolar devem aconselhar os jovens a seguir a via de ensino mais adequada considerando as suas capacidades e expectativas de vida.					
7. Os Cursos Profissionais disponibilizados pelas Escolas, concedem uma boa preparação teórica e prática.					
8. Os Cursos Profissionais permitem que os jovens tenham uma preparação adequada se pretenderem prosseguir os					

estudos.					
9. Os Cursos Profissionais preparam sobretudo para a vida profissional					
10. O sistema educativo está a promover a academização do ensino.					
11. O sistema educativo está a promover a profissionalização do ensino.					
12. O ensino profissional, no nosso país, é ainda alvo de preconceito.					

7. Considera que a oferta de cursos de formação profissional na sua escola é adequada ao perfil dos alunos?

Sim Não

Se respondeu negativamente à questão anterior, por favor justifique.

8. Considera que os cursos de formação profissional disponíveis na sua escola possuem os recursos humanos e materiais necessários?

Sim Não

Se respondeu negativamente à questão anterior, por favor justifique.

9. Considerando as características socioeconómicas do nosso país, concorda com uma política educativa que fomenta o ensino profissional? Por favor justifique.

Muito obrigada pela colaboração!